

Implementação e Progresso Financeiro do Programa ARPA

Relatório A - 2017



UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA – UCP/MMA

Novembro/2017



KFW



FUNCO
AMAZONIA

BNDES

BID



GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



Governos Estaduais
da Amazônia Brasileira:
Acre, Amapá, Amazonas,
Mato Grosso, Rondônia,
Pará e Tocantins



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE



SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO.....	3
1 ANÁLISE DE COMPONENTES DO PROGRAMA	4
1.1 CRIAÇÃO DE UCS	4
1.2 CONSOLIDAÇÃO DE UCS	6
1.2.1 <i>Dados Gerais</i>	6
1.2.2 <i>Dados por Marco Referencial</i>	13
1.3 MANUTENÇÃO DE UCS CONSOLIDADAS.....	55
1.4 COORDENAÇÃO E GESTÃO	59
2 STATUS DA CONTRAPARTIDA POR OG	60
3 CONCLUSÕES	63
ANEXO 1 – FAUC 2016/2017 – UCS FASE III	67
ANEXO 2 – UCS APOIADAS PELO ARPA	67
ANEXO 3 – UCS COM ATRASOS NO PLANO DE CONSOLIDAÇÃO	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
ANEXO 4 – CONTRAPARTIDA POR UC E CATEGORIA DE GASTO - 2016..	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo principal atualizar o Comitê do Programa (CP) e o Comitê do Fundo de Transição (CFT) acerca do progresso contínuo apurado em relação aos objetivos financeiros e de implementação do governo.

Além disso, tem por objetivo fornecer meios para subsidiar os parceiros do Programa na tomada de decisão e na melhoria constante dos processos, bem como auxiliar na transparência do Programa.

Este relatório deve ser divulgado anualmente pela Unidade de Coordenação do Programa ARPA (UCP/MMA), preferencialmente no segundo semestre de cada ano, contendo:

- (i) Status de consolidação das UCs, incluindo nível de pessoal;
- (ii) Dados de execução dos recursos de doação; e
- (iii) Dados relacionados aos recursos públicos investidos nas UCs à título de contrapartida.

Em concordância com o exposto, este relatório apresenta informações da Fase III do Programa ARPA, cujo início se deu em maio de 2014 com a publicação da Portaria Nº 187/2014 e execução em novembro do mesmo ano. Atualmente são apoiados, no âmbito da Fase III, com recursos do Fundo de Transição, a consolidação e manutenção de 35 UCs (44 sem considerar gestão integrada – Anexo 1), selecionadas com base no seu estágio avançado de consolidação.

A elaboração do documento se deu por meio dos dados de consolidação de UCs na Fase III obtidos na Ferramenta de Avaliação de Unidades de Conservação (FAUC), no período de 2016 a 2017 (ANEXO 2 – FAUC 2016/2017 – UCs Fase III). Já os valores referentes à execução dos recursos de doação, via Fundo de Transição, foram disponibilizados a partir do Sistema Cérebro 2.0¹

¹ <https://www.cerebro.org.br>

do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), englobando o período de execução do Plano Operativo (PO) de 2016/17, o qual foi liberado para execução em fevereiro de 2016 até os dados mais recentes enviados pelo Funbio em agosto de 2017. Os dados sobre execução de recursos públicos para o ano de 2016, por sua vez, foram disponibilizados pelos órgãos gestores das UCs apoiadas no âmbito da Fase III (ICMBio, Naturatins/TO, SEMA/AM e SEDAM/RO).

1 ANÁLISE DE COMPONENTES DO PROGRAMA

Na Fase III, o Programa está estruturado em quatro grandes componentes, cujas informações sobre avanço serão apresentadas nas seções seguintes:

- (1)** Criação de UCs;
- (2)** Consolidação de UCs (Grau I e Grau II);
- (3)** Manutenção de UCs consolidadas;
- (4)** Coordenação e Gestão do Programa.

Para as UCs nos componentes 2 e 3, serão apresentadas somente aquelas que estavam na Fase III em 2016 de modo a comparar a execução do FT e avanço, totalizando 44 Unidades em Grau I e II². Em 2018, é previsto expor os dados de todas as UCs do Programa ARPA uma vez que aquelas que estavam na Fase II migraram para a Fase III no primeiro semestre de 2017 e já terão dados significativos de execução a partir de recursos do FT.

1.1 Criação de UCs

Até o primeiro semestre de 2017, não haviam sido investidos recursos do FT neste componente, visto que os processos de criação de Unidades de

² Também não foram contabilizadas as 3 novas UCs que aderiram ao Programa ARPA em agosto de 2017, uma vez que seus Planos Operativos só estarão disponíveis para execução a partir de 2018. São elas: PARNA de Pacaás Novos, PARNA do Monte Roraima e REBIO Guaporé. No entanto, seus status de consolidação serão apresentados para fins de conhecimento de cenário inicial das Unidades.

Conservação apoiados pelo ARPA recebiam recursos no âmbito da Fase II. Contudo, em agosto de 2017, foi pleiteado o apoio à criação de novas Unidades de Conservação na Amazônia junto ao Comitê do Fundo de Transição, o qual deliberou positivamente à aprovação das seguintes propostas:

Tabela 1 – Processos de criação aprovados para apoio pelo CFT no âmbito da Fase III.

Denominação	Finalidade	OG	Estado	Área (hectares)	Estágio	Previsão de Criação
Parima	Criação	ICMBio	RR	164.111	Consulta Pública	2017
Virúá	Ampliação	ICMBio	RR	70.076	Diagnóstico fundiário e consulta pública	2017
Maracá	Ampliação	ICMBio	RR	50.811	Consulta Pública	2017
RESEX São João de Piribas	Criação	ICMBio	PA	55.070	Consulta Pública	2017
RESEX Filhos do Manguê	Criação	ICMBio	PA	33.348	Diagnóstico fundiário e consulta pública	2017
REBIO Pauini	Criação	AM	AM	554.716	-	Alinhamento com Secretário de Meio Ambiente
RESEX Mamiá	Criação	AM	AM	299.174	-	Alinhamento com Secretário de Meio Ambiente
PE das Nascentes	Recategorização	RR	RR	484.235	Inicial	18/19
PE Catrimani	Recategorização	RR	RR	475.664	Inicial	18/19
RDS Xeruini	Recategorização	RR	RR	360.520	Inicial	18/19
Total				2.494.082		

Ressalta-se que já foram investidos R\$ 517.184,99 e criados 2.045.218 de hectares de novas UCs contabilizados como meta da Fase III. Além disso, estão em andamento 14 processos de criação sob execução pela Fase II que contabilizam 2.437.574 ha, mas que também foram migrados para a Fase III, com saldo total de R\$ 2.537.858,49 em julho de 2017. Somando-se as UCs já criadas e as apoiadas atualmente, espera-se criar 6.976.874 ha de áreas protegidas, o que corresponde a aproximadamente 116% da meta dos 6 milhões de hectares a serem criados até 2019. A partir do Relatório de Implementação e Progresso Financeiro de 2018, será possível avaliar o andamento dos processos apoiados pela Fase III bem como sua execução.

1.2 Consolidação de UCs

1.2.1 Dados Gerais

A Tabela 2, a seguir, mostra as 20 UCs Grau I e II que ainda não se consolidaram em 2017 na Fase III do Programa ARPA:

Tabela 2 – Execução, em R\$, das UCs Fase III e porcentagem de consolidação até julho/2017. A posição da média é representada pela linha amarela:

ID	OG	UF	Unidade de Conservação	Grau	Planejado (R\$)	Executado (R\$)	% Execução	% Consolidação
259	ICMBio	PA	RESEX Tapajós-Arapuins	I	599.725,50	493.122,34	82%	86%
208	ICMBio	RO	REBIO do Jaru	II	1.194.923,40	855.780,49	72%	92%
179	ICMBio	RR	PARNA Viruá	II	868.613,90	581.557,90	67%	92%
1633	ICMBio	AM RR	PARNA Mapinguari	I	786.325,76	515.930,19	66%	71%
60	ICMBio	RR	ESEC de Niquiá	I	826.151,15	475.274,00	58%	86%
189	ICMBio	AM RR	PARNA Serra da Mocidade	I	858.864,55	470.784,30	55%	71%
1977	AM	AM	RDS do Rio Madeira	I	514.926,58	265.001,57	51%	86%
774	RO	RO	PE Serra dos Reis	I	767.367,37	386.024,52	50%	71%
1573	AM	AM	RDS do Juma	I	723.318,58	351.301,11	49%	71%
986	AM	AM	RDS Mamirauá	I	784.982,58	354.352,71	45%	71%
49	ICMBio	AM	PARNA de Anavilhanas	II	897.293,97	371.677,88	41%	83%
194	ICMBio	AM	REBIO Abufari	I	846.208,96	350.490,29	41%	71%
216	ICMBio	PA	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	514.757,59	206.448,12	40%	71%
772	RO	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	1.106.844,72	437.052,32	39%	71%
764	RO	RO	ESEC Samuel	I	922.228,80	308.198,13	33%	57%
1635	ICMBio	PA	RESEX Rio Xingu	II	1.120.019,21	341.867,32	31%	25%
227	ICMBio	PA	RESEX Maracanã/GI com RESEX Marinha Chocoré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	648.897,23	176.156,28	27%	57%
56	ICMBio	AM	ESEC Jutai-Solimões	I	456.711,85	107.005,42	23%	43%
3132	ICMBio	PA	RESEX Mocapajuba/GI com RESEX São João da Ponta; RESEX Mãe Grande Curuçá	I	510.537,90	59.313,70	12%	0%
3131	ICMBio	AM	ESEC Alto Maués	I	709.111,52	51.747,50	7%	0%
Total					15.657.811,12	7.159.086,09	46%	64%

Para essas UCs, a execução total foi de cerca de R\$ 7,1 milhões ou 46% do planejado para o PO 2016/17. No ano anterior, a média de execução foi de aproximadamente 20% mostrando que as UCs avançaram consideravelmente na execução. Já a média de consolidação é de 64%. A Figura 1 abaixo mostra a relação entre execução e consolidação dessas UCs:

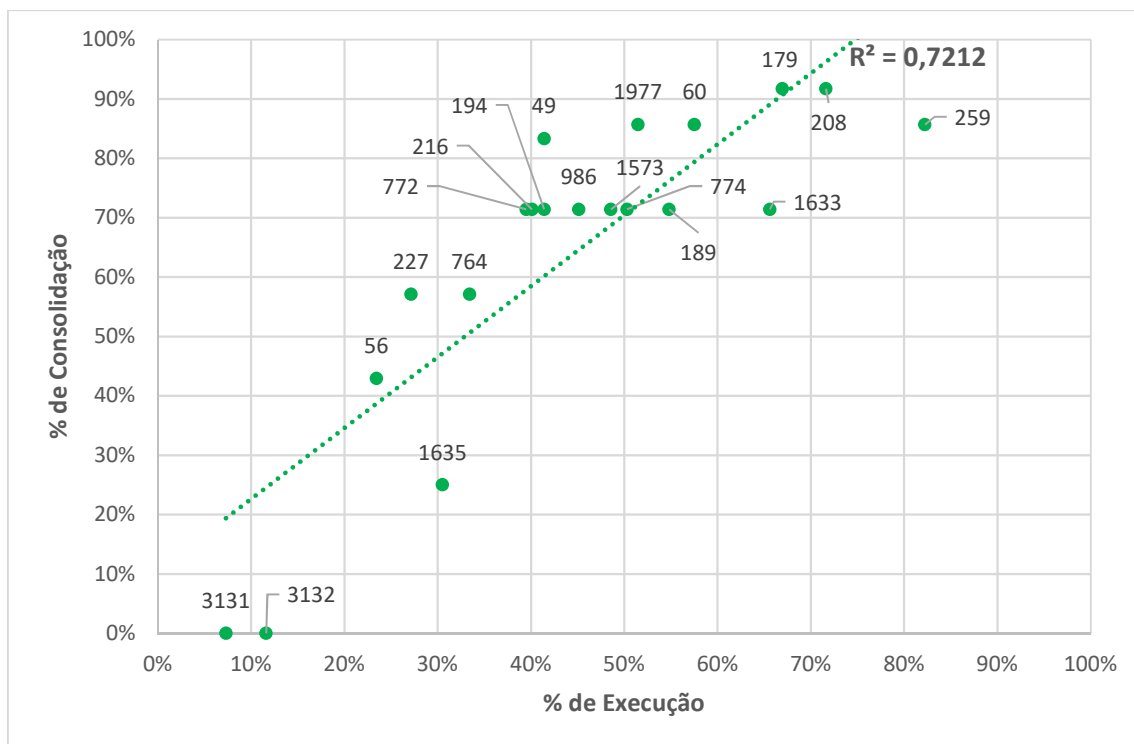


Figura 1 - Correlação entre % de execução e % de consolidação para as UCs do componente 2. **Legenda:** 49-PARNA de Anavilhanas; 56-ESEC Jutai-Solimões; 60-ESEC de Niquiá; 179-PARNA Viruá; 189-PARNA Serra da Mocidade; 194-REBIO Abufari; 208-REBIO do Jaru; 216-REBIO Nascentes Serra do Cachimbo; 227-RESEX Maracanã; 259-RESEX Tapajós-Arapiuns; 764-ESEC Samuel; 772-RESEX Rio Pacaás Novos; 774-PE Serra dos Reis; 986-RDS Mamirauá; 1573-RDS do Juma; 1633-PARNA Mapinguari; 1635-RESEX Rio Xingu; 1977-RDS do Rio Madeira; 3131-ESEC Alto Maués; 3132-RESEX Mocapajuba.

O valor de $R^2 = 0,7212$ mostra uma correlação forte entre execução e porcentagem de consolidação, revelando a necessidade de as UCs se empenharem em aumentar a execução para alcançarem seus objetivos. É preciso também avaliar os motivos da baixa execução entre as UCs, o que será detalhado mais à frente por Marco Referencial. Por hora, já é possível antecipar que um dos principais motivos apontados entre os gestores é a ausência de equipe suficiente para realizar as atividades mínimas de gestão que as Unidades exigem. Para avaliar se realmente há influência dessa variável, o gráfico da Figura 2 mostra a correlação entre execução e quantidade de equipe para as UCs em consolidação. Nela, a reta preta significa uma correlação ideal ($R^2 = 1$) entre execução e quantidade de equipe gestora que, no caso do ARPA, é no mínimo igual a 5 ou mais funcionários para Grau II, ou seja, as UCs com número ideal de funcionários teriam, hipoteticamente, maiores condições de executar 100% dos recursos:

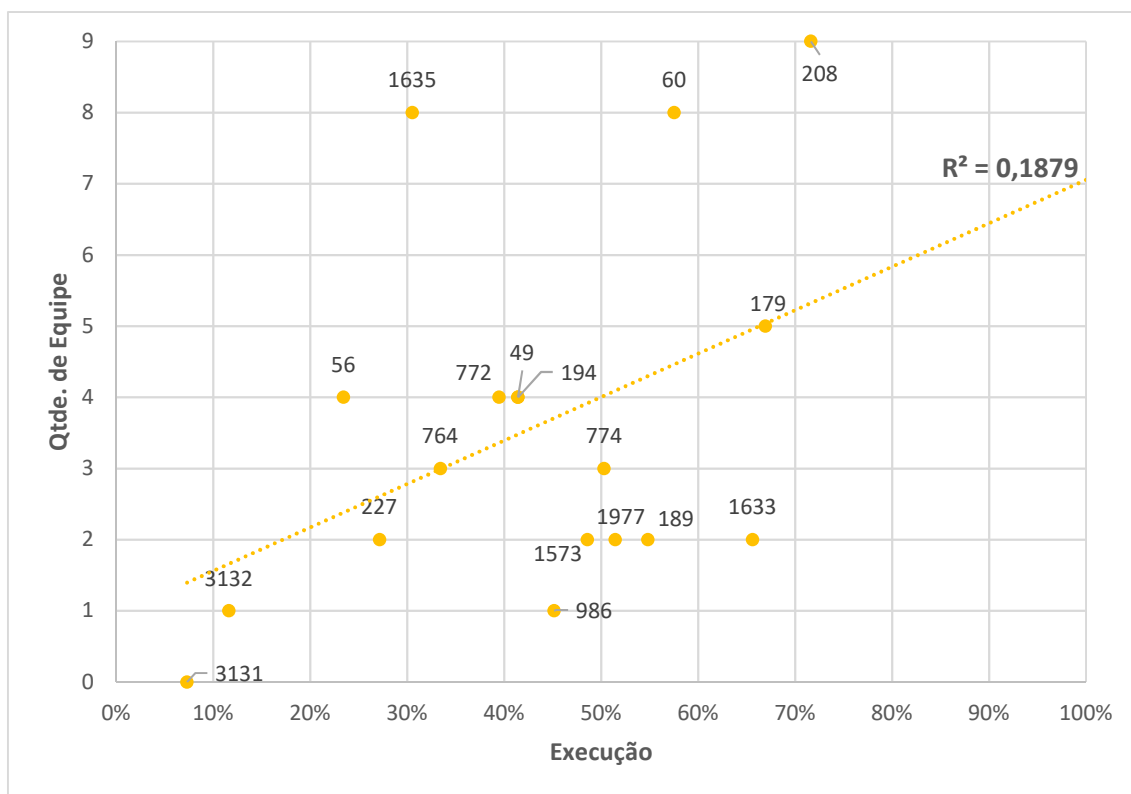


Figura 2 - Correlação entre execução e quantidade de equipe para as UCs em consolidação (em amarelo). As UCs REBIO Nascentes Serra do Cachimbo (216) e RESEX Tapajós-Arapiuns (259) não foram representadas no gráfico por serem outliers estatísticos em relação à quantidade de equipe. **Legenda:** 49-PARNA de Anavilhanas; 56-ESEC Jutaí-Solimões; 60-ESEC de Niquiá; 179-PARNA Viruá; 189-PARNA Serra da Mocidade; 194-REBIO Abufari; 208-REBIO do Jaru; 227-RESEX Maracanã; 764-ESEC Samuel; 772-RESEX Rio Pacaás Novos; 774-PE Serra dos Reis; 986-RDS Mamirauá; 1573-RDS do Juma; 1633-PARNA Mapinguari; 1635-RESEX Rio Xingu; 1977-RDS do Rio Madeira; 3131-ESEC Alto Maués; 3132-RESEX Mocapajuba. Média_{Exec} = 0,45; DP_{Exec} = 0,19.

Nesse gráfico, apesar de haver alguma influência ($R = 0,1879$), nota-se que a correlação entre execução e equipe é fraca. Abaixo da linha de tendência encontram-se 5 UCs (PARNA Serra da Mocidade, RDS Mamirauá, RDS do Juma, PARNA Mapinguari e RDS do Rio Madeira) que se distanciam significativamente da reta. Essas Unidades estão executando mais recursos que o esperado para sua quantidade de equipe. Além disso, todas estão executando igual à média ou acima dela para este grupo de UCs em consolidação.

Por outro lado, as UCs em cima da reta que se distanciam significativamente da linha de tendência e que estão com execução abaixo da média são 2: ESEC Jutaí Solimões (56) e RESEX rio Xingu (1635). Essas UCs possuem em seu quadro quantidade significativa de pessoal (4 e 8) comparado

à média desse grupo ($M_{eq} = 6$) que não está se refletindo na execução efetiva e, conseqüentemente, no alcance de metas dos diversos Marcos Referenciais.

De todo modo, é preciso averiguar quais outros fatores podem estar influenciando na baixa execução dessas áreas protegidas. Para iniciar essa análise, os próximos parágrafos farão um diagnóstico geral da consolidação por Marco Referencial e, a seguir, serão avaliados execução em relação à consolidação para cada Marco do Programa.

1.2.1.1 Grau I

De acordo com a Tabela 3, seguem os Marcos Referenciais para Grau I e seus respectivos indicadores de meta. É preciso salientar que os marcos de Equipe técnica e Monitoramento não foram considerados para fins de consolidação, pois este foi incluso recentemente como obrigatório às UCs de Grau I e II para o alcance de meta, o que poderia alterar o status de consolidação de diversas UCs já consolidadas. Já o MR de Equipe técnica não prevê recursos para consolidação ou manutenção, não sendo considerado para a análise financeira. Ademais, ambos os Marcos já são monitorados por meio das Condições de Desembolso.

Tabela 3 - Indicadores de Marcos Referenciais em UCs Grau I:

Marco Referencial	Meta
Plano de manejo	Plano de manejo aprovado
Formação de Conselho ³	Conselho oficialmente constituído
Funcionamento de Conselho ⁴	Conselho capacitado e em funcionamento
Proteção	Implementação do Plano Básico de Proteção
Sinalização	Sinalização dos principais pontos de acesso às UCs
Equipamentos	Aquisição e manutenção de equipamentos mínimos
Equipe Técnica	Equipe Técnica com no mínimo 2 funcionários
Monitoramento	Monitoramento de ao menos um indicador socioambiental

Sendo assim, a Figura 3 abaixo mostra o status de consolidação das UCs Fase III em Grau I no período de 2017 em relação ao período anterior, considerando a consolidação máxima equivalente ao alcance de metas para 6 Marcos Referenciais:

³ Formação e Funcionamento de Conselho estão inseridos no MR de Gestão Participativa

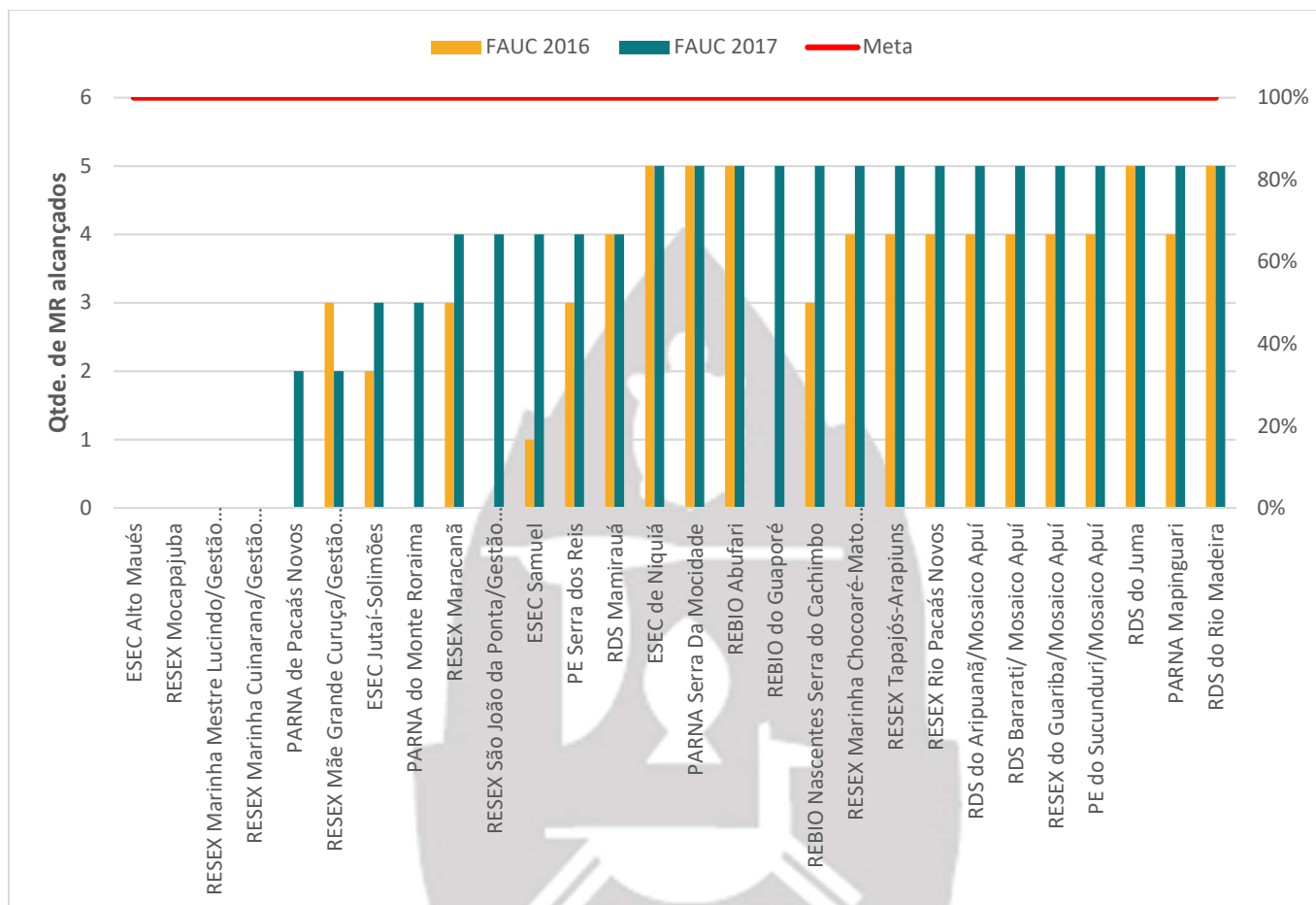


Figura 3 – Status de consolidação das UCs Grau I segundo FAUC 2017 em comparação à aplicação de 2016.

Uma primeira análise sobre o gráfico em comparação ao ano anterior é a adição à análise de 3 novas UCs que aderiram ao Programa em 2017 que são: PARNA de Pacaás Novos, PARNA do Monte Roraima e REBIO do Guaporé. Apesar de essas Unidades não entrarem na análise de execução, pois elas aderiram ao programa apenas em agosto de 2017 e seus Planos Operativos são poderão ser executados a partir do início de 2018, optou-se pela exibição de seus dados para registrar seu histórico de evolução quanto à consolidação até 2019.

Outro ponto distinto da análise realizada no Relatório A de 2016 é a inclusão das FAUC de UCs com gestão integrada de forma separada. Houve a demanda a partir dos gestores de se expor a realidade de consolidação de cada UC, pois a realidade da UC representante do bloco não reproduzia o cenário real das outras UCs. A partir da individualização da aplicação da FAUC 2017, foi possível determinar as reais demandas de consolidação e ajustar a modelagem de custos em função desta nova realidade que, até então, estava distorcida pelo

modelo. Um exemplo claro disso são as 3 Unidades do Bloco Mocapajuba composto pela RESEX Mocapajuba, RESEX Mãe Grande Curuçá e RESEX São João da Ponta, cada qual com distintos valores de Marcos alcançados: 0, 2 e 4, respectivamente. Assim, o monitoramento individualizado bem como o ajuste na modelagem do programa são iniciativas da Coordenação do Programa para melhorar tanto o monitoramento dos indicadores como para apoiar de forma mais efetiva a consolidação das UCs com Gestão Integrada (GI). Contudo, cabe lembrar que tal individualização não eximirá os blocos de GI de continuarem exercendo suas atividades de gestão de maneira conjunta, de modo a otimizar o uso dos recursos humanos e financeiros do Programa.

Em relação aos dados globais do gráfico, verifica-se um bom desempenho das UCs em Grau I, com 15 das 28 áreas (54%) restando-lhes apenas 1 MR para a consolidação. Em um estágio médio de consolidação, com 2 MR a serem alcançados, estão 5 UCs (18%) e 8 UCs (28%) estão em estágio baixo de consolidação, com 3 a 6 marcos a serem alcançados as quais demandarão maior atenção no próximo biênio. A figura abaixo mostra os níveis de consolidação em relação ao ano anterior, com destaque para o salto no número de UCs consolidadas e em estágio avançado de consolidação:

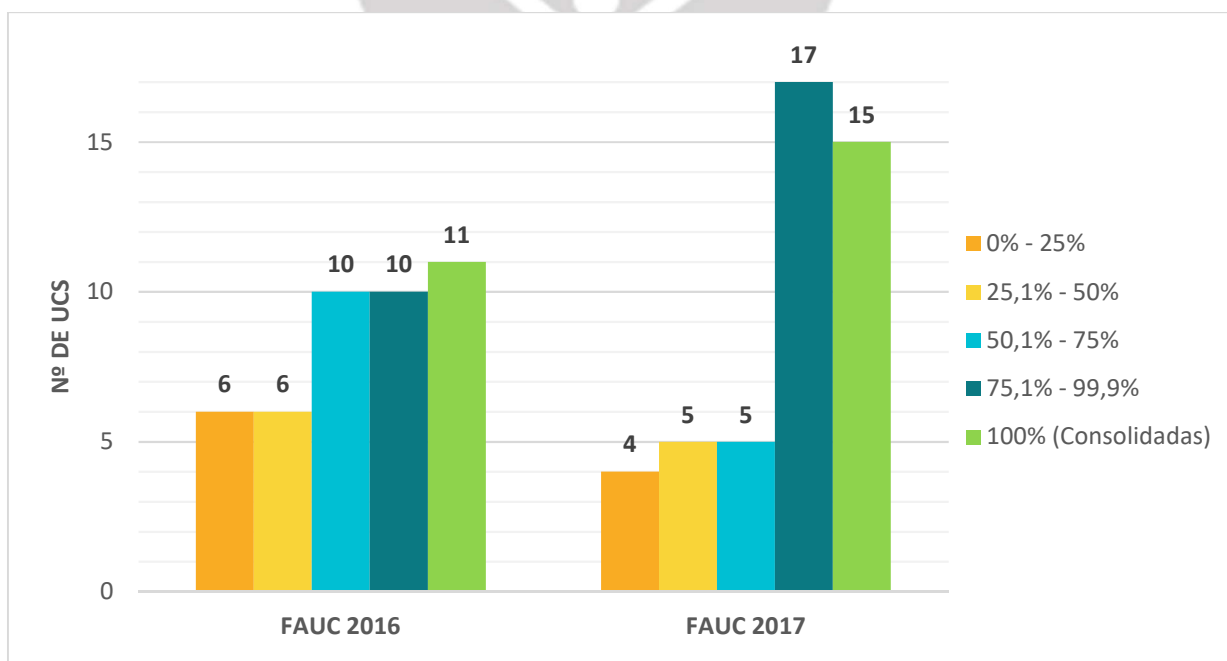


Figura 4 - Quantidade de UCs por grupo de consolidação em 2016 e 2017.

A avaliação dos casos críticos de consolidação das UCs será realizada nos dados por Marcos Referenciais (Item 1.2.2 Dados por Marco Referencial) em comparação aos dados de execução.

1.2.1.2 Grau II

Segue a Tabela 4 com os Marcos Referenciais para Grau II e suas respectivas metas. As mesmas considerações para os MR de Equipe Técnica e Monitoramento são válidas para Grau II:

Tabela 4 - Indicadores de Marcos Referenciais em UCs Grau II:

Marco Referencial	Meta
Plano de Manejo	Plano de Manejo atualizado
Gestão Participativa	Conselho Capacitado e em Funcionamento
Sinalização	Manutenção e reforço da sinalização da UC em alinhamento com o Plano de Manejo
Demarcação	Materialização dos limites da UC em pontos estratégicos da UC demarcação
Situação fundiária	Levantamento da situação fundiária e preparação para ações de regularização fundiária
Termos de Compromisso (UCs de Proteção Integral) ou Concessão de Direito Real de Uso (UCs de Uso Sustentável)	Construção e assinatura do TC ou CDRU
Pesquisa	Desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre desafios de manejos das UCs
Monitoramento	Implementação dos Protocolos de Monitoramento do Programa
Proteção	Proteção e Operacionalização da UC alinhada com o Plano de Manejo
Equipe Técnica	Equipe Técnica com no mínimo 5 funcionários
Equipamentos	Aquisição e manutenção de equipamentos
Instalações	Construção e manutenção da sede, centro de convivência
Monitoramento	Monitoramento de ao menos um indicador socioambiental

O status de consolidação das UCs em Grau II é apresentado na Figura 5 abaixo. Neste caso, o desafio de consolidação para essas UCs é maior em relação às de Grau I dada a quantidade de MR a serem alcançados (11). Todavia, Das 4 UCs a se consolidarem, apenas a RESEX Rio Xingu encontra-se em estágio baixo de consolidação, necessitando alcançar metas para 8 marcos até 2019. Essa UC será avaliada com mais detalhes nas próximas seções.

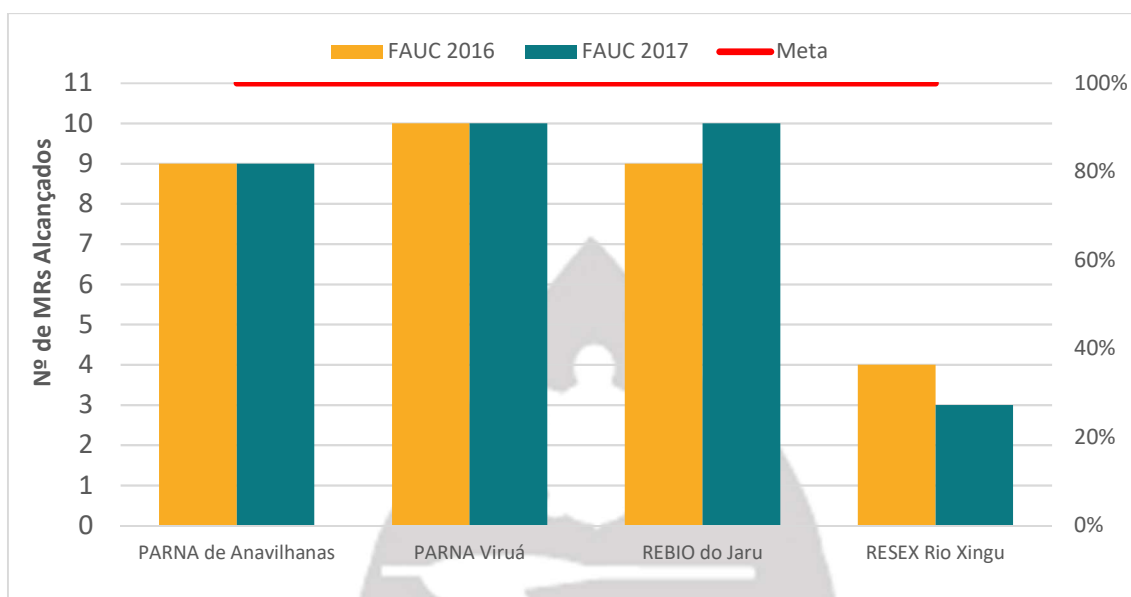


Figura 5 - Status de consolidação das UCs Grau II segundo FAUC 2017 em comparação à aplicação de 2016.

1.2.2 Dados por Marco Referencial

A seguir, são apresentados os dados de execução e consolidação por Marco Referencial. Apesar de não haver metas para Operacionalização e de não ser previsto recurso financeiro para o MR de Equipe Técnica, optou-se por manter esses MR na análise, visto que eles podem influenciar na porcentagem de execução da UC, com os custos operacionais dando suporte ao alcance de metas de outros Marcos e com equipe suficiente para as atividades de gestão.

Plano de Manejo		
Grau	Meta	Cenário
I e II	100	O Plano de Manejo está aprovado pelo OG e publicado.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e o gráfico, na sequência, o status de consolidação de cada uma. A média de execução foi de 18% para esse marco e, entre as UCs que não consolidaram ainda, nota-se uma relação muito forte entre porcentagem de execução e cenário alcançado ($R^2 \cong 0,9$).

Tabela 5 – Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR Plano de Manejo

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau		Planejado	Executado	% Execução
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$	285.386,00	R\$ 169.528,24	59%
1633	ICMBio	PARNA Mappinguari	I	R\$	133.108,66	R\$ 67.216,84	50%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$	47.984,64	R\$ 17.715,32	37%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$	297.677,98	R\$ 108.665,49	37%
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$	169.717,00	R\$ 49.949,65	29%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$	69.055,45	R\$ 6.991,50	10%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$	319.416,34	R\$ 11.920,50	4%
56	ICMBio	ESEC Jutaí-Solimões	I	R\$	200.237,00	R\$ 6.423,37	3%
3132	ICMBio	RESEX Mocopajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$	267.715,00	R\$ 7.893,30	3%
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$	110.582,00	R\$ -	0%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$	327.440,87	R\$ -	0%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$	81.784,13	R\$ -	0%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$	200.238,00	R\$ -	0%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$	-	R\$ -	N/A
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	R\$	-	R\$ -	N/A
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$	-	R\$ -	N/A
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$	-	R\$ -	N/A
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$	-	R\$ -	N/A
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$	-	R\$ -	N/A
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$	-	R\$ -	N/A
				R\$	2.510.343,07	R\$ 446.304,21	18%

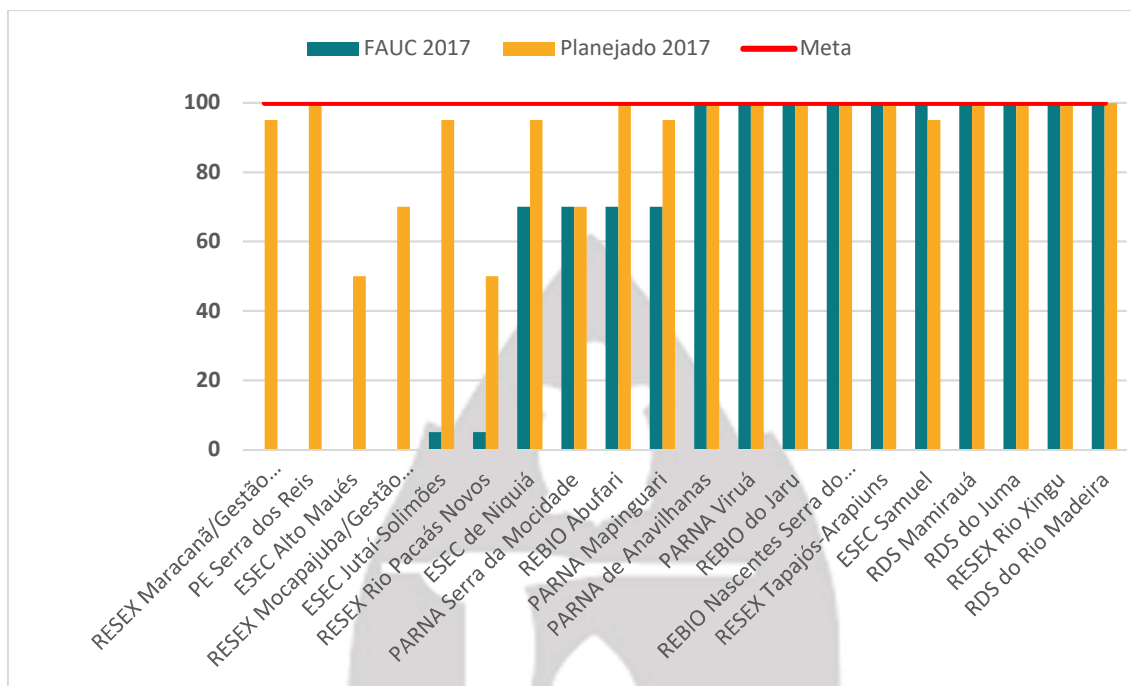


Figura 6 – Status de consolidação UCs Fase III no MR Plano de Manejo.

Metade das UCs já cumpriram a meta para Plano de Manejo e possuem, portanto, o instrumento de gestão finalizado e publicado. Destaque é dado para a ESEC Samuel que alcançou meta antes do previsto para 2017. Apesar de ainda não terem alcançado a meta, 4 UCs tiveram boa execução (entre 29% e 59%), o que acompanhou a evolução da pontuação FAUC a 70, equivalente à etapa de diagnóstico concluída e os relatórios técnicos redigidos. Por fim, restaram 6 UCs cuja baixa execução de até 4% reproduziu-se no quase nulo avanço de cenário. Dessas, a ESEC Jutai-Solimões e a RESEX Rio Pacaás Novos já têm o processo de elaboração do Plano de Manejo Organizado, estando à frente das RESEX do Bloco Maracanã e Mocupajuba, do PE Serra dos Reis e da ESEC Alto Maués.

Quanto ao cumprimento do Plano de Consolidação das UCs que ainda não atingiram a meta, apenas o PARNA Serra da Mocidade cumpriu com o Planejado. As outras 9 UCs atrasadas têm seu status detalhado na sequência:

ESEC Alto Maués

Evidência objetiva: a ESEC Alto Maués não possui gestor lotado, o que dificulta a elaboração/implementação de instrumentos de gestão.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC deveria estar com as expedições de campo para a etapa de diagnóstico realizadas. No entanto, não houve execução no período e a ausência de equipe inviabiliza a implementação dos trabalhos. É preciso verificar junto ao OG (ICMBio) quais são os prazos para a elaboração do Plano e para a efetivação de equipe, sem a qual haverá prejuízo tanto desse marco quanto do alcance de metas dos outros MR.

ESEC de Niquiá

Evidência objetiva: Segundo evidência objetiva, as etapas de elaboração do Plano de Manejo estão em curso de acordo com o cronograma pré-estabelecido e estima-se que seja concluído até dezembro de 2017. A etapa de diagnóstico está concluída com os relatórios técnicos de uso público e o diagnóstico ambiental da UC redigidos de acordo com o roteiro metodológico adotado pelo OG.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC está com o processo de finalização do Plano encaminhado, devendo alcançar a meta na FAUC de 2018. Sugere-se apenas monitoramento.

ESEC Jutai-Solimões

Evidência objetiva: Já foi elaborado TdR para executar ações previstas para o plano de manejo, aguardando orientações da COMAN para dar início ao processo.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC deveria estar com a etapa de planejamento concluída e o documento final redigido, no entanto a execução foi baixa (3%) e apenas o TdR foi realizado. Verificar se processo já foi iniciado.

PARNA Mapinguari

Evidência objetiva: atualmente as atividades são norteadas pelo Plano de Proteção da UC e pelas recomendações de ações de gestão que foram indicadas nos relatórios de meio físico e biológico que estão subsidiando a elaboração do plano de manejo do PARNA Mapinguari. A Unidade já concluiu a elaboração dos trabalhos de campo e redação dos relatórios técnicos. O consultor já foi contratado para redação do documento final com as normas e

planejamento da UC. No entanto, em virtude de problemas administrativos junto ao PNUD e DNIT, o contrato foi suspenso até que fosse sanada as pendências administrativas. Após ser sanada está previsto a retomada dos trabalhos para o mês de maio de 2017.

Conclusões e Encaminhamentos: verificar se pendências administrativas foram sanadas.

PE Serra dos Reis

Evidência objetiva: O Plano de Manejo será custeado pelo BNDES. Atualmente, está sendo providenciado TdR e sinalização do banco para execução.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC deveria estar com documento final aprovado pelo OG e publicado, no entanto não houve execução e apenas o TdR foi realizado. Verificar se processo já foi iniciado e previsão de finalização. Além disso, como o PM será custeado por fontes externas ao ARPA, verificar quais destinos foram dados aos recursos para a elaboração do Plano de Manejo na oficina de planejamento dos PO 2018/19.

REBIO Abufari

Evidência objetiva: Após a elaboração dos diagnósticos para o Plano de Manejo, houve a apresentação destes diagnósticos para o Conselho Gestor. Ficou clara a necessidade de um diagnóstico mais detalhado sobre o uso do recurso pesqueiro no interior da UC para embasar inclusive o planejamento. Estamos avaliando se este diagnóstico deverá ser realizado no contexto do plano de manejo. Para o planejamento, já foi construído o TdR de planejamento, o edital de contratação publicado e a contratação do planejamento está em fase de seleção dos concorrentes. Portanto, foram concluídas as etapas planejadas de revisão bibliográfica, coletas em campo para os componentes sócio econômico e ambiental, a elaboração e revisão dos relatórios dos diagnósticos e a oficina ampliada apresentando os diagnósticos para o conselho gestor.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC está em processo avançado para conclusão do PM devendo alcançar meta em 2018. Sugere-se apenas o monitoramento.

RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana

Evidência objetiva: Segundo evidência da RESEX Maracanã, em 2016 o FUNBIO, em conjunto com a Coordenação de Plano de Manejo/ICMBio, iniciou o processo para contratação da empresa para elaboração do Plano de Manejo da RESEX Maracanã. Entretanto, após consulta, foi indicado uma série questões necessitavam ser alteradas no TdR, devido ao risco de comprometer a entrega do produto. Desta forma, o FUNBIO finalizou o processo de contratação com ajustes do TdR, sendo que estamos aguardando informações quantos aos próximos encaminhamentos do processo de contratação. Quanto à RESEX marinha Chocoaré-Mato Grosso, verificou-se que o processo está aberto no Sistema Eletrônico de Informação (SEI)⁴ do OG. Por serem recentes e contarem com gestor somente em 2016, as outras UCs ainda não iniciaram o processo.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC deveria estar com a etapa de planejamento concluída e o documento final redigido. Verificar andamento do processo e prazos, bem como se ainda há disposição e viabilidade de elaboração do Plano de Manejo em bloco.

RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá

Evidência objetiva: Segundo evidência da RESEX São João da Ponta, optou-se primeiramente em fazer o acordo de gestão entre as UCs do Salgado Paraense. Não há ainda TdR elaborado do Plano de Manejo, que ocorrerá possivelmente no segundo semestre 2017.

Conclusões e Encaminhamentos: as UCs deste bloco estão realizando a execução do PO em conjunto e está em andamento a organização das Unidades para efetivar um bloco de Gestão Integrada junto ao OG. Assim, é provável que o PM seja realizado em conjunto, mas dependerá da eventual oficialização da Gestão Integrada entre as UCs. Assim, é preciso acompanhar o

⁴ A UC TEM PROCESSO SEI/ICMBIO N° 02070.001372/2008-11. 4

processo de efetivação da gestão integrada e verificar como ele permitirá o alcance de metas e quais serão os prazos.

RESEX Rio Pacaás Novos

Evidência objetiva: Já foi elaborado TdR para executar ações previstas para o plano de manejo, aguardando orientações da COMAN para dar início ao processo.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC deveria estar com a etapa de planejamento concluída e o documento final redigido, no entanto a execução foi baixa (3%) e apenas o TdR foi realizado. Verificar se processo já foi iniciado e previsão de finalização.

Formação e Funcionamento de Conselho		
Grau	Meta	Cenário
I e II	100	Formação: O conselho foi formado e sua existência formalmente reconhecida por meio de portaria pelo OG.
I e II	70	Funcionamento: O Conselho Gestor passou por um processo de capacitação.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e o gráfico, na sequência, o status de consolidação de cada uma. A média de execução foi de 36% para esse marco com amplitudes de execução entre 0% e 104%. A média de execução ainda é baixa até o momento permitindo alocar, como decidido em reunião dos colegiados do Programa ARPA, os Planos de Ação Sustentável (PAS) e os Planos dos Povos Indígenas (PPI), componentes estes pertencentes à Fase II e que foram incorporados à Fase III como atividades do Marco de Gestão Participativa sem, no entanto, acarretar em impacto maior na modelagem de custos, dada a execução baixa no marco. Assim, para as UCs que aplicarem esses planos, espera-se maior execução nos próximos anos.

Tabela 6 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Formação e Funcionamento de Conselho

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau	Planejado	Executado	% Execução
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$ 67.977,90	R\$ 70.703,74	104%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 90.637,30	R\$ 79.184,88	87%
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$ 115.010,00	R\$ 70.291,90	61%
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	I	R\$ 89.456,00	R\$ 50.022,53	56%
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$ 153.346,00	R\$ 82.757,82	54%
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$ 153.346,00	R\$ 77.511,70	51%
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$ 150.637,00	R\$ 69.843,63	46%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$ 48.458,00	R\$ 19.716,00	41%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	R\$ 35.540,00	R\$ 13.400,63	38%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 47.978,24	R\$14.850,82	31%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$ 67.978,24	R\$ 19.648,13	29%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$ 124.630,00	R\$ 33.447,78	27%
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$ 67.925,25	R\$ 14.925,61	22%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$ 67.971,00	R\$ 12.253,37	18%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$ 77.839,00	R\$13.606,97	17%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 62.100,00	R\$ 9.470,50	15%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$ 45.384,17	R\$ 5.865,68	13%
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$ 67.976,60	R\$ 8.650,95	13%
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$ 20.572,00	R\$ 1.126,45	5%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$121.912,50	R\$ -	0%
				R\$ 1.676.675,20	R\$ 667.279,09	36%

Há apenas três UCs que não alcançaram a meta de Formação de Conselho que são a ESEC Samuel, o Bloco Mocapajuba e a ESEC Alto Maués. Essas UCs já identificaram os potenciais atores para constituírem o Conselho Gestor, mas estão aquém do planejado para o ano, pois já deveriam ter sensibilizado esses potenciais atores. A propósito, são essas UCs que menos executaram no período com valores de 13%, 5% e 0%, respectivamente. Com relação à ESEC Alto Maués, novamente nota-se o prejuízo da falta de equipe para coordenação das atividades da UC.

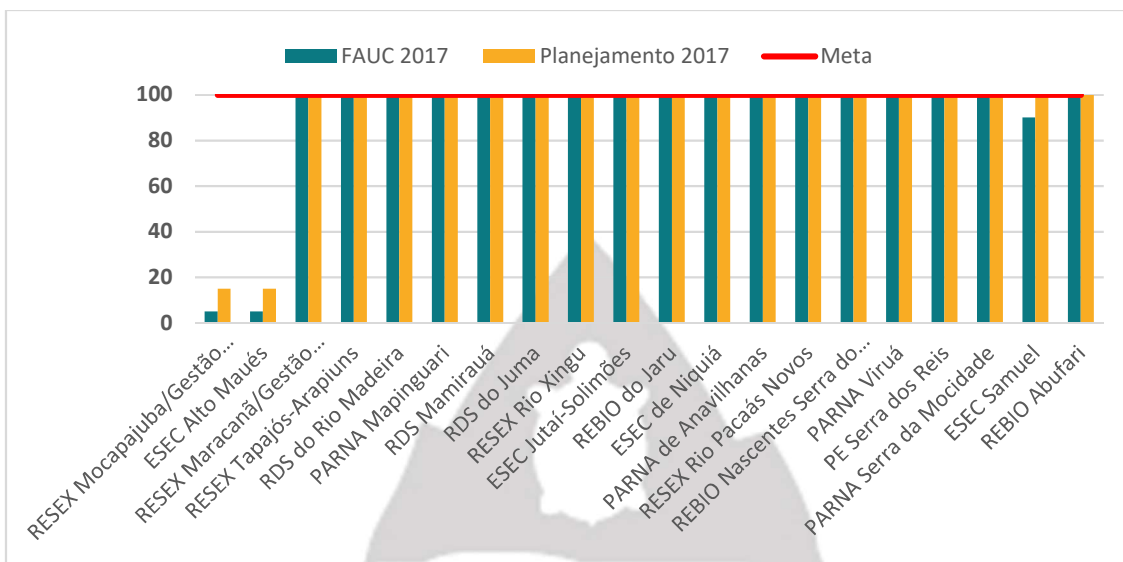


Figura 7 - Status de consolidação UCs Fase III no MR Formação de conselho.

De modo geral, a Formação de Conselho está bem encaminhada quanto ao alcance de metas. Um indicador disso é que na FAUC de 2017 observou-se pela primeira vez o alcance de todas as UCs em Grau II para um marco que, no caso, foi a Formação de Conselho. Desafio maior encontra-se o MR de Funcionamento de Conselho, mostrado na figura abaixo, mas também em estágio avançado de consolidação. Lembrando que, para esse marco, o cenário meta para UCs de Grau I e II é 70, o qual equivale ao Conselho Gestor ter passado por um processo de capacitação. No entanto, verifica-se que as UCs comumente alcançam o último cenário, 100, equivalente ao Conselho Gestor contribuir de forma efetiva com a gestão da Unidade:

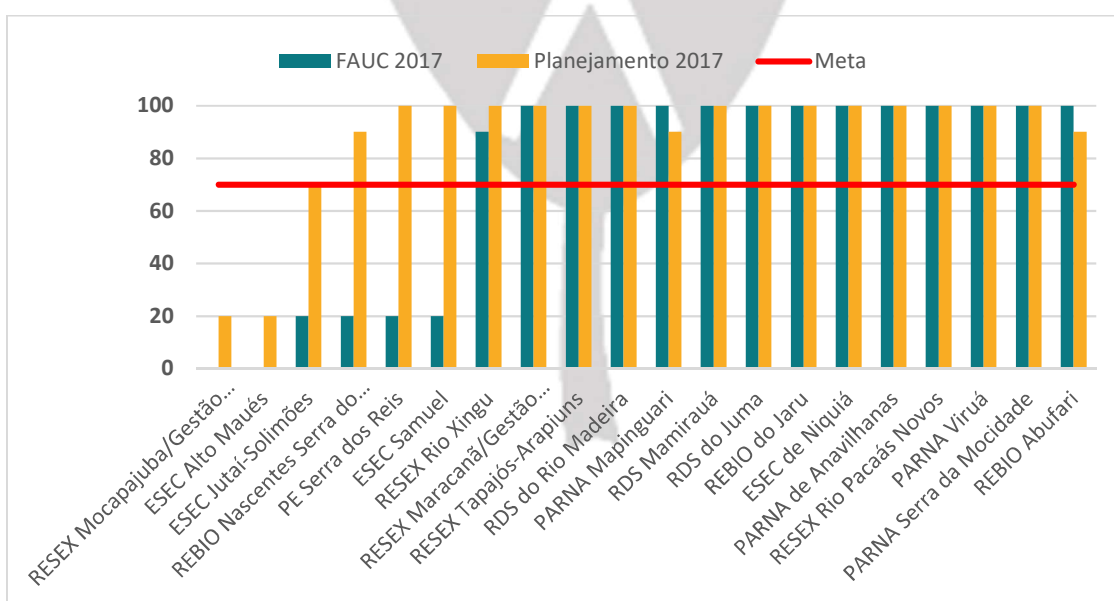


Figura 8 - Status de consolidação UCs Fase III no MR Funcionamento de Conselho.

Destacando apenas as UCs que não alcançaram a meta para o marco, há 6 Unidades nessa situação. Além das 3 UCs que não possuem Conselho ainda e foram citadas anteriormente, as outras 3 são: ESEC Jutai-Solimões, REBIO Nascentes Serra do Cachimbo e PE Serra dos Reis. Em status mais baixo de consolidação, encontram-se o bloco Mocapajuba e a ESEC Alto Maués que sequer contam com Regimento Interno. Todas as outras 18 UCs possuem esse instrumento. A seguir segue diagnóstico das UCs que não alcançaram a meta, já com o detalhamento para o Marco de Formação de Conselho para as 3 UCs que ainda não o têm:

ESEC Alto Maués

Evidência objetiva:

- *Formação:* a UC já identificou os atores potenciais à participação no conselho;
- *Funcionamento:* a ESEC Alto Maués não possui gestor lotado, o que dificulta a elaboração/implementação de instrumentos de gestão.

Conclusões e Encaminhamentos: verificar prazo para formalização de conselho e monitorar andamento do processo. Mesma recomendação sobre equipe feita no MR de Plano de Manejo.

ESEC Jutai-Solimões

Evidência objetiva: questões financeiras, anterior a inclusão da UC no Programa ARPA, não permitiram que o conselho cumprisse o Regimento Interno. Para 2017 está previsto a reformulação do Conselho.

Conclusões e Encaminhamentos: monitorar a reformulação do conselho e sua capacitação.

ESEC Samuel

Evidência objetiva:

- *Formação:* já foi realizada uma reunião do conselho, no entanto ainda não foi publicado o decreto de criação;

- *Funcionamento:* o Regimento foi elaborado, discutido e aprovado na reunião do dia 05/05/2017. Consta na ata da reunião.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC está com o processo de formação de conselho praticamente finalizado e deverá alcançar a meta durante a FAUC 2018. Com a elaboração do Regimento, espera-se que a próxima etapa seja a de capacitação dos membros, o que deverá ocorrer a partir do momento em que o conselho for oficialmente reconhecido em portaria. Monitorar a publicação oficial.

PE Serra dos Reis

Evidência objetiva: a UC possui um conselho consultivo criado pelo Decreto nº 9989 de 19/06/2002. A equipe gestora já promoveu reuniões de nivelamento e visitas técnicas para identificar e sensibilizar novos atores sociais para a renovação/reestruturação do conselho da UC, aguardando publicação de portaria de nova composição.

Conclusões e Encaminhamentos: a UC está em processo de renovação de conselho e deverá alcançar a meta durante a FAUC 2018. Com a publicação de Portaria, espera-se que a próxima etapa seja a de capacitação dos membros. Monitorar a publicação oficial do conselho.

REBIO Nascentes Serra do Cachimbo

Evidência objetiva: o Conselho foi criado oficialmente pela portaria nº 86, de 7 de novembro de 2011 e houve uma reunião em Guarantã do Norte/MT, entre 11 e 12 de abril de 2012. Entretanto, hoje em dia este conselho consultivo não se reúne, pois alguns conselheiros utilizam o esvaziamento das reuniões para pressionar o ICMBio a mudar a UC de categoria. Ocorre que desde 2009 o projeto de lei no senado nº 258/2009 propõe mudança de metade da UC para Área de Proteção Ambiental (APA) Vale do XV e a outra metade para PARNA Nascentes Serra do Cachimbo. Em maio do ano passado (2016) estivemos em Guarantã do Norte para tentar reativar o conselho e fizemos uma reunião com alguns conselheiros e outras lideranças, que ratificaram esta posição. A proposta de recategorização foi incorporada às emendas apresentadas à Medida

Provisória 756/16, que deverá ser votada ainda este ano. Até lá, o impasse continuará.

Conclusões e Encaminhamentos: por conta da insegurança em relação a eventuais mudanças no tamanho e categoria da UC, o conselho não está se reunindo. A MP comentada na evidência já foi votada e, a seguir, vetada pela presidência da República após repercussão negativa do assunto. No entanto, em substituição a essa MP, foi recomendado pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente um Projeto de Lei nº 8107/2017 que reduz a FLONA do Jamanxim, mas não prevê alterações na REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo. É preciso verificar junto ao Órgão Gestor como esse imbróglio será solucionado.

RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá

Evidência objetiva: as evidências objetivas de cada unidade do bloco revelaram cenários distintos:

- **RESEX São João da Ponta:**
 - *Formação:* criado em 2007 e implementado em 2009, vai para o seu 5º mandato;
 - *Funcionamento:* representa a principal instância de participação social, gestão e controle da UC;
- **RESEX Mãe Grande Curuçá:**
 - *Formação:* conselho formado e reconhecido através da portaria nº 24, de 9 de março de 2006;
 - *Funcionamento:* o conselho está passando por um processo de renovação de entidades, conselheiros e recentemente teve o regimento interno atualizado e aprovado em reunião;
- **RESEX Mocapajuba:**
 - *Formação:* Iniciou as tratativas com a associação-mãe;
 - *Funcionamento:* Não foi formado o conselho gestor.

Conclusões e Encaminhamentos: das 3 UCs do bloco, apenas a RESEX Mocapajuba não possui conselho e está em processo de formação iniciado, o que diminuiu a pontuação do bloco como um todo. Portanto, sugere-

se verificar prazo para formalização de conselho e monitorar apenas esta UC dentro do bloco. Quanto ao funcionamento do conselho, a RESEX São João da Ponta já cumpriu com a meta e a RESEX Mãe Grande Curuçá vem atualizando seu conselho e regimento, mas está de acordo com o planejamento de 2017:

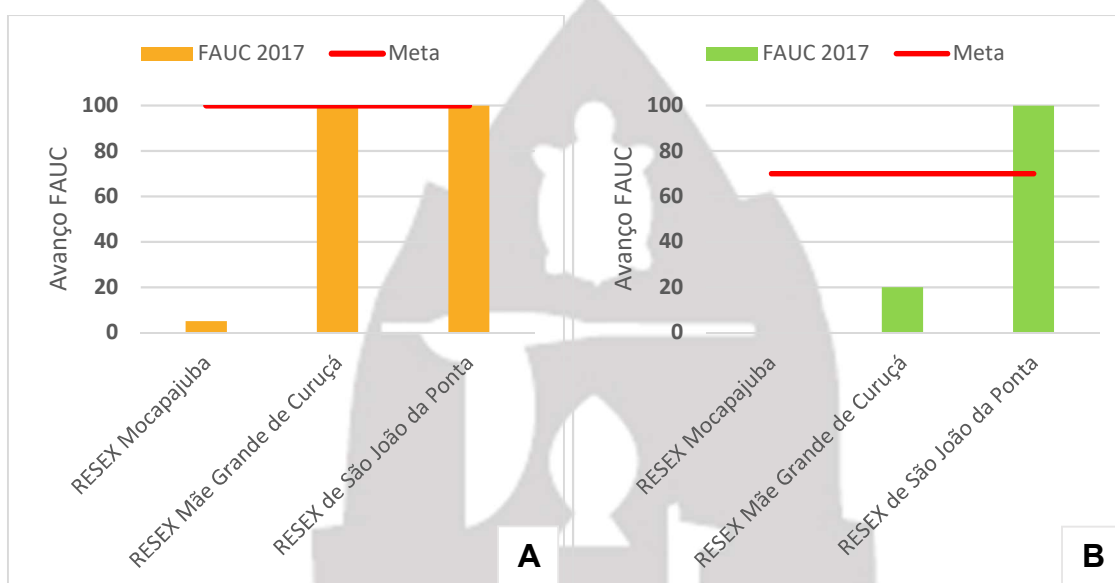


Figura 9 - Status de consolidação UCs do Bloco Mocapajuba no MR de Formação (A) e Funcionamento de Conselho (B).

Termo de Compromisso e Concessão de Direito Real de Uso		
Grau	Meta	Cenário
II	100	Proteção Integral: Instrumentos legais foram assinados com todos os residentes/usuários ou estes não estão presentes.
II	100	Uso Sustentável: 100% dos moradores já receberam o CDRU, individualmente ou através de associações.

Este marco deverá ser alcançado apenas para UCs em Grau II que, nesse componente de consolidação, são representadas por 4 UCs das quais 3 já alcançaram a meta (instrumentos necessários foram assinados com todos os residentes/usuários ou não há residente/usuário na UC) e, logo, não previam mais recursos para execução: PARNA de Anavilhanas, PARNA Viruá e REBIO do Jaru.

Já a RESEX Rio Xingu não alcançou a meta e está no cenário mínimo: não conta com atividades iniciadas visando à entrega do CDRU para as populações residentes. No entanto, não houve previsão de aporte ao MR no PO 16/17 para esta UC visto que o alcance da meta foi planejado para ocorrer no biênio 2018/19, segundo Plano de Consolidação da Unidade. A evidência da UC é relatada a seguir:

RESEX Rio Xingu

Evidência objetiva: devido à dificuldade de regularização fundiária no Pará e estar a RESEX sobretudo em terras devolutas, a regularização da área é complexa, devendo envolver outros atores governamentais, como INCRA, SPU, entre outros.

Conclusões e Encaminhamentos: Dar prioridade para ações de regularização fundiária a esta UC. Uma vez que a Unidade é toda margeada a Oeste pelo Rio Xingu, sua regularização e demarcação poderão ser viabilizadas junto aos trabalhos da SPU. Para resolução em outros limites, envolver demais atores (INCRA, ICMBio etc.). Além disso, garantir que o PO 2018/19 aporte recursos para efetivar a regularização fundiária.

Sinalização		
Grau	Meta	Cenário
I	30	Os principais pontos de acesso à UC estão sinalizados.
II	100	A sinalização recebe manutenção regular.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e o gráfico, na sequência, o status de consolidação de cada uma. A média de execução foi de 37% para esse marco. Chama a atenção também a amplitude de valores de execução em porcentagem que vai de 0% a 101%, assim como observado no MR de Conselho:

Tabela 7 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Sinalização

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau	Planejado	Executado	% Execução
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$ 12.895,80	R\$ 13.000,00	101%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	R\$ 6.091,50	R\$ 5.483,10	90%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$ 10.732,56	R\$ 8.889,66	83%
1633	ICMBio	PARNA Mappinguari	I	R\$ 25.105,00	R\$ 18.518,50	74%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 15.041,70	R\$ 9.550,00	63%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 12.895,87	R\$ 7.883,00	61%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$ 15.041,85	R\$ 8.700,00	58%
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$ 22.200,00	R\$ 11.640,64	52%
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$ 25.451,00	R\$ 10.357,80	41%
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$ 58.992,00	R\$ 23.808,00	40%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$ 12.299,55	R\$ 2.389,50	19%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$ 44.258,76	R\$ 8.127,65	18%
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$ 21.820,00	R\$ 3.262,00	15%
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$ 32.832,00	R\$ 4.295,91	13%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$ 20.685,00	R\$ 2.124,00	10%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$ 25.790,00	R\$ 1.735,74	7%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$ 58.331,00	R\$ 1.504,50	3%
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$ 18.117,00	R\$ -	0%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$ 32.975,30	R\$ -	0%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 15.041,00	R\$ -	0%
				R\$ 486.596,89	R\$ 141.270,00	37%

Neste marco, há duas metas distintas para UCs Grau I e Grau II, mostradas nos gráficos abaixo. Para Grau I, a UC precisa ter seus principais pontos de acesso sinalizados (pontuação = 30). Já para Grau II, além da sinalização de pontos estratégicos de acordo com o Plano de Manejo, é necessário que ela receba manutenção regular (pontuação = 100).

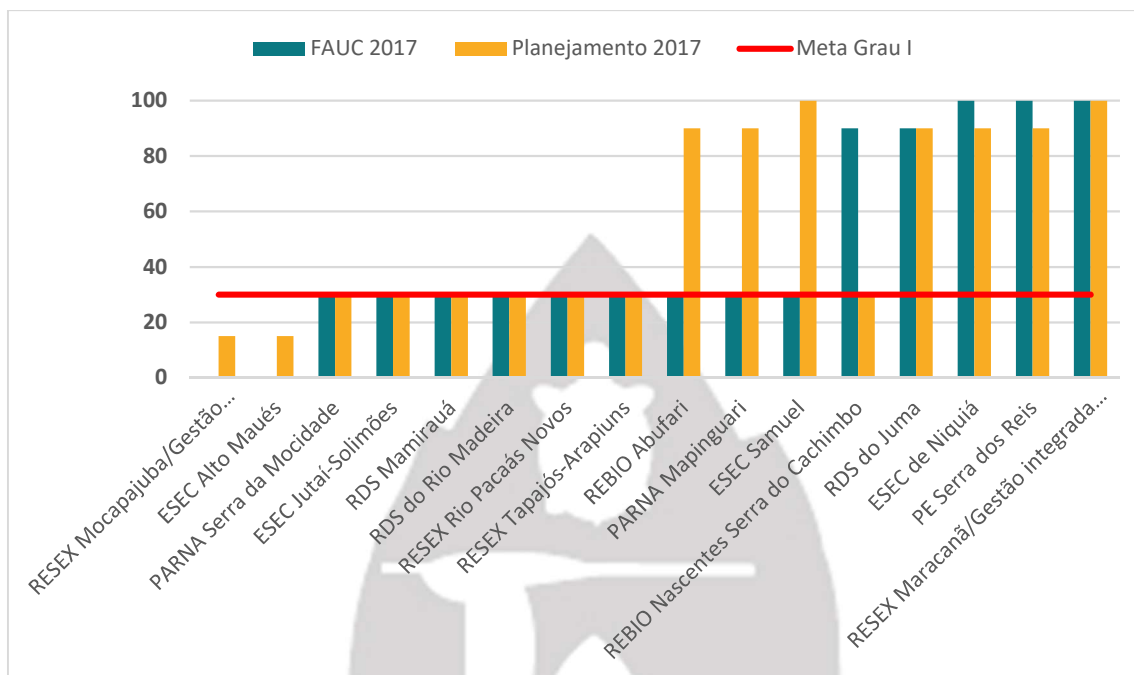


Figura 10 - Status de consolidação UCs Fase III Grau I no MR Sinalização.

Para as UCs grau I, apenas o Bloco Mocapajuba e a ESEC Alto Maués não alcançaram as metas de Sinalização, tendo, porém, já identificado os principais pontos de acesso a serem sinalizados. As Unidades REBIO Nascentes Serra do Cachimbo, RDS do Juma, ESEC de Niquiá, PE Serra dos Reis e Bloco Maracanã superaram a meta para Grau I ao sinalizar os principais pontos estratégicos da UC conforme previsto no Plano de Manejo. As 3 últimas UCs, inclusive, realizam manutenção regular de sua sinalização, status equivalente às UCs de Grau II.

Chama a atenção a taxa de execução heterogênea entre 6 Unidades citadas. O PE Serra dos Reis, por exemplo, executou apenas 3% dos recursos enquanto a RESEX Maracanã executou 83% dos recursos previstos. Uma das hipóteses para a baixa execução do PE Serra dos Reis pode ser devido ao aporte de recursos de contrapartida cujo valor foi de R\$ 120.200,00 em 2016. No entanto, ainda não há detalhamento gastos de Contrapartida por Marco Referencial para a maioria dos Órgãos Gestores, o que dificulta qualquer conclusão sobre a origem do recurso.

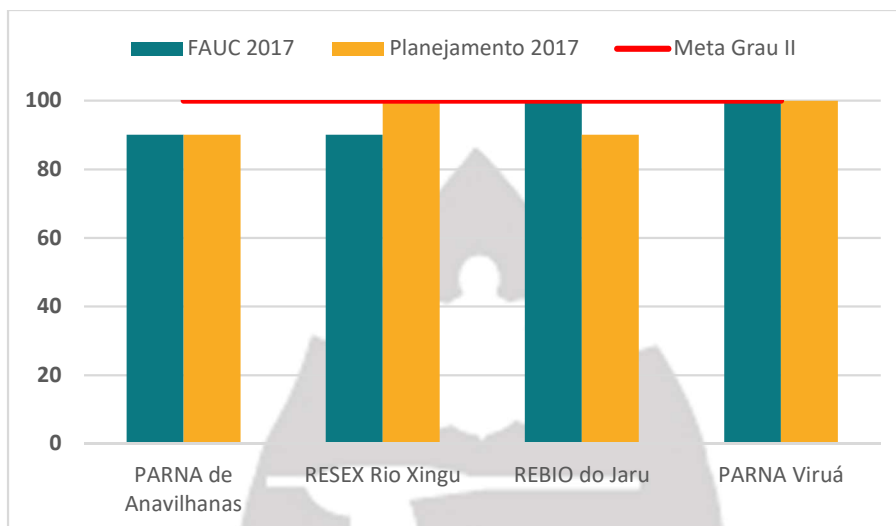


Figura 11 - Status de consolidação UCs Fase III Grau II no MR Sinalização.

Para as UCs de Grau II, o PARNA de Anavilhanas e a RESEX Rio Xingu não alcançaram a meta até o momento, porém já estão em estágio avançado e devem cumprir com o planejamento no próximo biênio. O único atraso verificado é o da RESEX Rio Xingu, além de um avanço positivo da REBIO do Jarú maior que o esperado para 2017.

A análise dos gráficos de avanço junto à execução mostra que não há relação entre execução e alcance de metas para o MR de Sinalização, sendo as taxas de execução heterogêneas. Outras relações, no entanto, são verificadas na figura abaixo em que se relaciona execução e avanço com o tipo de UC. Cabe lembrar que as UCs do tipo 1 possuem as maiores áreas e maiores dificuldades de acesso. No outro extremo, as UCs do tipo 5 possuem áreas menores no Programa e maior facilidade de acesso⁵. Neste grupo amostral, não houve UCs do tipo 4:

⁵ Para saber mais sobre cada tipo, acesse: <https://www.funbio.org.br/quanto-custa-o-programa-areas-protetidas-da-amazonia/>

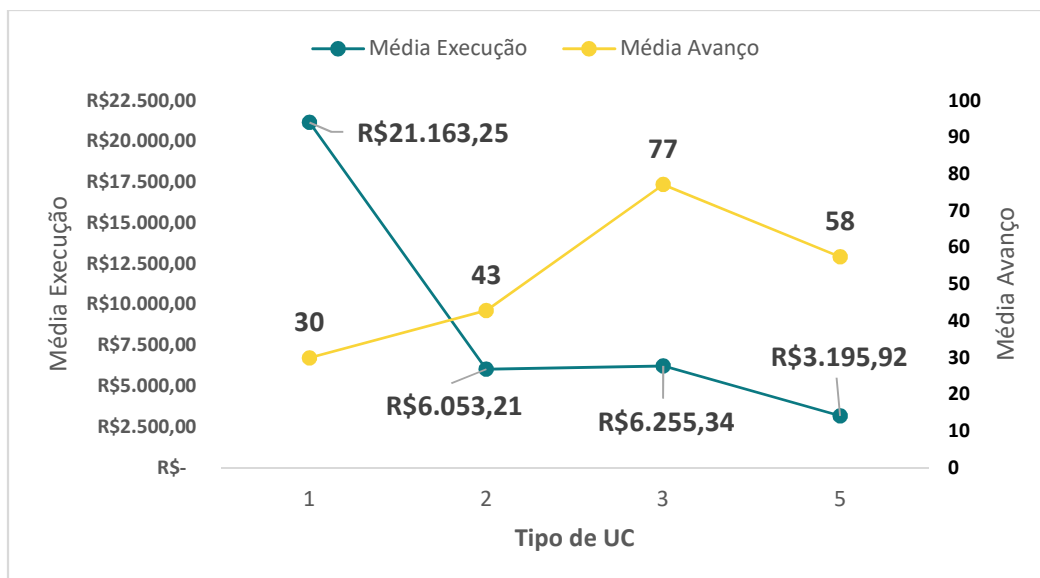


Figura 12 – Relação entre Média de Execução e Avanço versus Tipo de UC.

O gráfico expõe uma relação inversa entre tamanho da UC mais grau de dificuldade de acesso *versus* execução, o que era esperado e incorporado na modelagem de custos, visto que UCs maiores e com dificuldades de acesso demandam mais recursos para sinalizar pontos estratégicos. Quanto ao avanço médio por tipo de UC, verifica-se que as UCs de menor tamanho e maior facilidade de acesso conseguem avançar mais neste marco.

Destes resultados, conclui-se que apesar de volumes maiores aportados para as UCs de tipo 1 e 2 para alcance das metas, não há resultados equivalentes para seu avanço médio se comparados às UCs de tipo 3 e 5. Levando em consideração que apenas uma UC do tipo 2 é de Grau II (RESEX Rio Xingu), apenas esta obrigatoriamente precisa alcançar o último cenário, equivalente ao avanço 100. Todas as outras do tipo 1 e 2 possivelmente estão alcançando a meta mínima de Grau I (30) mas não avançam além dela, dadas suas dimensões e dificuldades de acesso, além de a Unidade dar prioridade na alocação de recursos financeiros e, sobretudo, humanos, para outras atividades de gestão. A seguir, são exibidos os detalhes das UCs atrasadas em relação ao Plano de Consolidação em 2017 e que não alcançaram a meta para o Marco de Sinalização:

ESEC Alto Maués

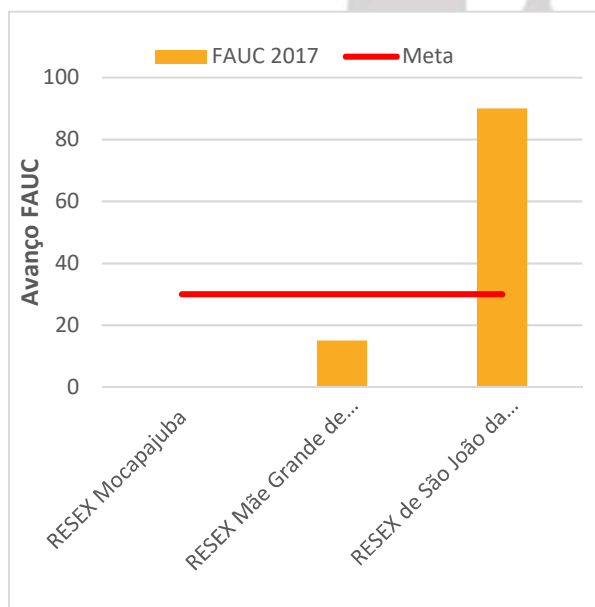
Evidência objetiva: a UC não está sinalizada nos seus pontos estratégicos.

Conclusões e Encaminhamentos: Verificar qual o planejamento tomado para sinalização da UC no PO 18/19 e se serão utilizados recursos do PO 16/17.

RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá

Evidência objetiva: as evidências objetivas de cada unidade do bloco revelaram cenários distintos:

- *RESEX São João da Ponta:* toda a UC está demarcada fisicamente e sinalizada;
- *RESEX Mãe Grande Curuçá:* as placas estão instaladas, mas algumas requerem manutenção ou troca;
- *RESEX Mocapajuba:* Não possui sinalização e demarcação.



Conclusões e Encaminhamentos:

Garantir que os recursos destinados à sinalização do PO vigente assim como do PO de 2018/19 sejam efetivamente aportados nas UCs que precisam avançar à meta de principais pontos de acesso sinalizados, especialmente para a RESEX Mocapajuba, que possui menor avanço do Marco dentre as 3 Unidades (Figura 13).

Figura 13 - Status de consolidação UCs do Bloco Mocapajuba no MR de Sinalização

RESEX Rio Xingu

Evidência objetiva: apesar de haver sinalização em algumas áreas, outros pontos estratégicos, discutidos no conselho deliberativo, ainda precisam ser sinalizados. A gestão da UC está envidando esforço para tal. Há um contrato para realização de demarcação e sinalização da unidade em curso.

Conclusões e Encaminhamentos: A UC deverá alcançar a meta de sinalização em 2018, no entanto precisa garantir que os recursos aportados em

demarcação e sinalização no PO 18/19 sejam suficientes para a manutenção das placas, mantendo, portanto, seu status de consolidação. Monitorar FAUC 2018.

Demarcação		
Grau	Meta	Cenário
II	100	A demanda estratégica de demarcação prevista no Plano de manejo está integralmente atendida.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e o gráfico, na sequência, o status de consolidação de cada uma. A média de execução foi de 18% para esse marco, porém, apenas duas Unidades previram recursos para demarcação. Das outras unidades sem previsão de recursos, o PARNA de Anavilhanas já alcançou a meta do Marco (Figura 14) e não tem mais previsão de aporte:

Tabela 8 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Demarcação.

ID	OG	UC	Planejado	Executado	% Execução
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	R\$ -	R\$ -	N/A
179	ICMBio	PARNA Viruá	R\$ 37.786,00	R\$ 7.875,56	21%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	R\$ -	R\$ -	N/A
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	R\$ 145.523,64	R\$ 21.335,22	15%
			R\$ 183.309,64	R\$ 29.210,78	18%

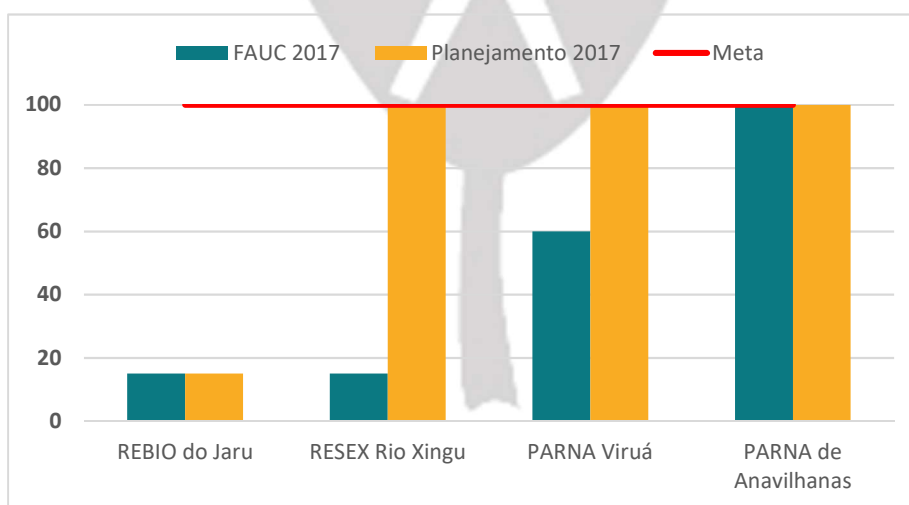


Figura 14 - Status de consolidação UCs Fase III Grau II no MR Demarcação.

Já a REBIO do Jarú avançou dentro do planejado e tem previsão de alcance da meta apenas a partir de 2018 com recursos do PO 2018/2019. A seguir, são feitas as análises detalhadas do PARNA Viruá e da RESEX Rio Xingu:

PARNA Viruá

Evidência objetiva: o PNV tem seus limites fluviais demarcados (setor Oeste - rio Branco e setor Sul - rio Anauá), com a materialização de 12 vértices através da implantação de marcos geodésicos. A demarcação da UC deverá ser concluída com a finalização de seu processo de ampliação, que prevê mudanças no setor leste.

Conclusões e Encaminhamentos: como citado no item 1.1 Criação de UCs, a Unidade está passando por processo de ampliação com apoio do Programa ARPA, o que inviabiliza o término da demarcação até a finalização das atividades de ampliação. Desta forma, cabe à UCP monitorar o processo de ampliação da UC e ao OG cabe verificar como se dará a integração entre ampliação e demarcação. Por fim, é preciso monitorar e dar apoio à UC para a consolidação desse marco após a finalização do processo de criação.

RESEX Rio Xingu

Evidência objetiva: os moradores da RESEX, assim como a população do entorno, conhecem os limites da UC.

Conclusões e Encaminhamentos: não há previsão de alcance da meta na evidência objetiva, porém os recursos aportados no PO atual foram satisfatórios para dar andamento à atividade de demarcação estratégica. Verificar se a UC foi priorizada para a implementação da demarcação no PO 2018/19 durante a oficina de planejamento e se os recursos restantes serão aproveitados no PO 16/17.

Levantamento Fundiário		
Grau	Meta	Cenário
II	100	Cenário Mínimo (3): O levantamento da cadeia de dominialidade foi concluído.
II	100	Cenário Máximo (6): A UC tem situação fundiária regularizada.

A situação do MR Levantamento Fundiário é mais favorável em relação aos outros marcos válidos apenas para UCs Grau II, pois apenas a RESEX Rio Xingu ainda não alcançou o cenário mínimo estando atualmente com o levantamento socioeconômico concluído. O valor aportado para esta UC foi de R\$ 45.088,52, porém nada foi executado até o momento. Seguem a justificativa da Unidade e encaminhamentos:

RESEX Rio Xingu

Evidência objetiva: a situação fundiária do Pará é complexa, sobretudo a da Terra do Meio. A RESEX encontra-se sobre terras devolutas. O levantamento socioeconômico da Unidade, por sua vez, foi feito. Mas a transferência das áreas públicas é algo mais difícil de ser finalizado, pois precisa envolver outros atores governamentais.

Conclusões e Encaminhamentos: os encaminhamentos aqui são os mesmo apresentados na seção 1.2.2.7 CDRU.

Proteção		
Grau	Meta	Cenário
I	60	As atividades de proteção são realizadas de forma proativa, a partir de uma estratégia coerente (Plano de Proteção).
II	90	A eficácia e eficiência da proteção são monitoradas através de indicadores quantitativos.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e os gráficos, na sequência, o status de consolidação de cada uma para Grau I e II. A média de execução é a mais alta entre os Marcos Referenciais com 87%. A amplitude de valores de execução em porcentagem é de 0% a 557%, porém, apesar da alta execução da primeira colocada em execução relativa (Bloco Mocapajuba), o valor planejado é bem menor se comparado à média do Planejado para esse grupo de UCs (R\$ 153.059,85).

Tabela 9 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Proteção

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau	Planejado	Executado	% Execução
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$ 4.997,00	R\$ 27.840,02	557%
179	ICMBio	PARNA Viruá	I	R\$ 202.035,00	R\$ 225.134,00	111%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 175.412,10	R\$ 180.774,08	103%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$ 160.950,00	R\$ 161.774,63	101%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$ 179.279,00	R\$ 169.431,36	95%
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	II	R\$ 231.308,25	R\$ 176.880,04	76%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 117.040,40	R\$ 85.634,57	73%
208	ICMBio	REBIO do Jarú	I	R\$ 435.683,00	R\$ 306.427,03	70%
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$ 24.723,00	R\$ 16.295,46	66%
194	ICMBio	REBIO Abufari	II	R\$ 323.405,26	R\$ 202.740,73	63%
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$ 52.000,00	R\$ 30.126,79	58%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$ 243.012,00	R\$ 130.159,71	54%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 192.882,25	R\$ 94.517,02	49%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	II	R\$ 88.660,00	R\$ 33.728,36	38%
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$ 155.409,00	R\$ 47.805,93	31%
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	I	R\$ 152.155,00	R\$ 30.966,37	20%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	I	R\$ 202.035,74	R\$ 18.254,51	9%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$ 120.210,00	R\$ -	0%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$ -	R\$ -	N/A
1977	AM	RDS do Rio Madeira	II	R\$ -	R\$ -	N/A
				R\$ 3.061.197,00	R\$ 1.938.490,61	87%

Neste marco, há duas metas distintas para UCs Grau I e Grau II, mostradas nos gráficos abaixo. Para Grau I, a UC deve realizar as atividades de proteção de forma proativa, a partir de um Plano de Proteção (pontuação = 60). Já para Grau II, a eficácia e a eficiência da proteção devem ser monitoradas e avaliadas sistematicamente, sendo as informações utilizadas no aprimoramento dos ciclos de planejamento e execução. (pontuação = 90).

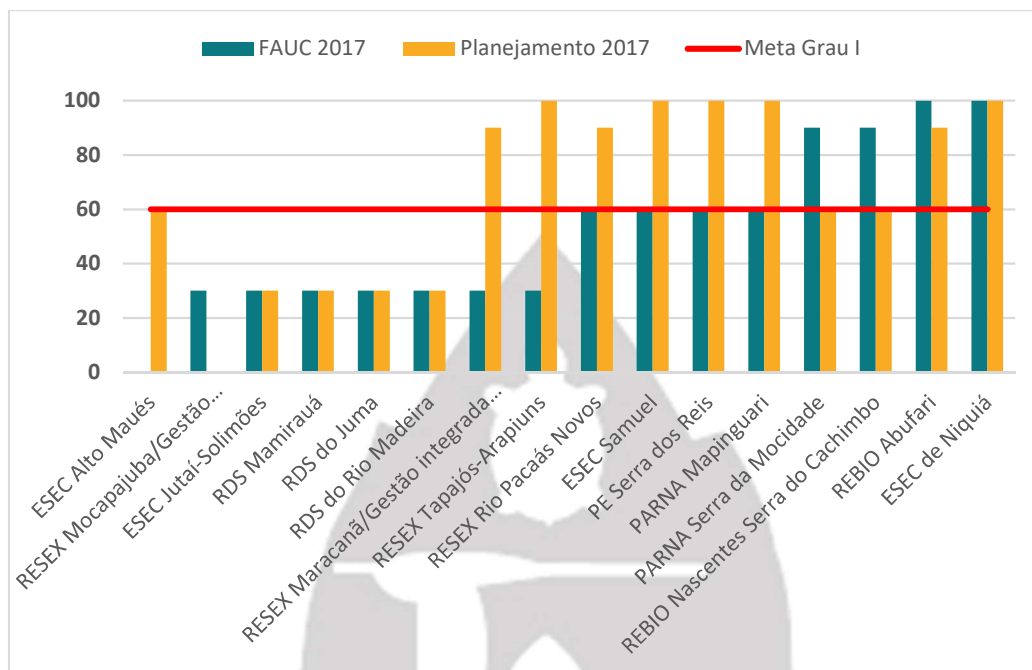


Figura 15 - Status de consolidação UCs Fase III Grau I no MR Proteção.

Para Grau I, restam 8 UCs a alcançarem a meta sendo que todas, à exceção da ESEC Alto Maués, já realizam atividades de proteção de forma reativa. À ESEC Alto Maués foi disponibilizado um valor para execução de mais de R\$ 120 mil, porém sem utilização até o momento. Por ser uma UC nova e com mais de 600 mil hectares, é urgente estabelecer suas atividades de proteção.

Para Grau II, a RESEX Rio Xingu e o PARNA de Anavilhanas ainda precisam alcançar a meta, mas já contam com Plano de Proteção da UC. Anavilhanas é a única Unidade que está atrasada quanto ao Plano de Consolidação. O PARNA Viruá e a REBIO do Jaru já superaram a meta e as informações coletadas em suas atividades de proteção são utilizadas no aprimoramento dos ciclos de planejamento e execução.

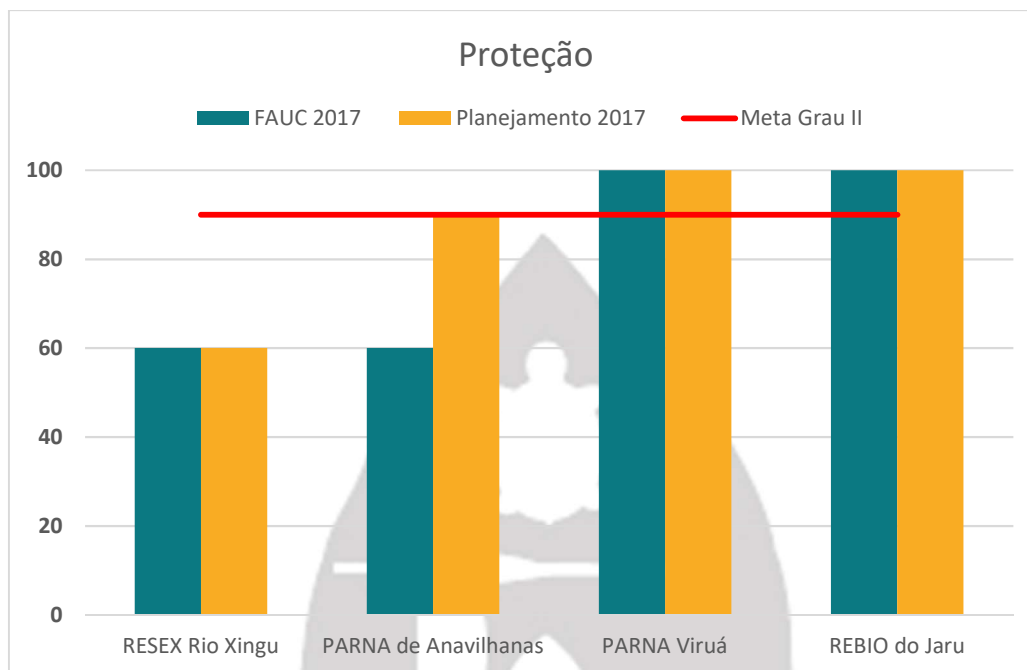


Figura 16 - Status de consolidação UCs Fase III Grau II no MR Proteção.

A seguir, é feita a análise detalhada das UCs atrasadas quanto ao Plano de Consolidação e que não alcançaram a meta para cada grau:

ESEC Alto Maués

Evidência objetiva: a Estação Ecológica Alto Maués não possui gestor lotado, o que dificulta ações de gestão.

Conclusões e Encaminhamentos: As recomendações são as mesmas sobre equipe para os outros Marcos Referenciais.

PARNA de Anavilhanas

Evidência objetiva: a proteção é realizada de forma proativa e planejada, envolvendo parcerias com outras instituições e UCs.

Conclusões e Encaminhamentos: Verificar quais os requisitos necessários para a UC alcançar meta em Grau II e monitorar FAUC 2018.

RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocóaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana

Evidência objetiva: as evidências objetivas de cada unidade do bloco revelaram cenários distintos:

- *RESEX Maracanã*: atualmente, devido ao nosso quantitativo de pessoal, não há possibilidade de nos dedicarmos exclusivamente para ação de fiscalização, sendo que as ações têm sido realizadas de forma reativa;
- *RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso*: o conselho deliberativo da UC tem plano de ação anual e nele é contemplado planejamento de proteção que é seguido sempre que possível;
- *RESEX Mestre Lucindo*: A Gestão convida outros gestores nomeados para as fiscalizações que irão começar a partir de agosto;
- *RESEX Cuinarana*: a UC conta com apenas 1 fiscal ambiental e depende da disponibilidade de outros fiscais de outras UCs.

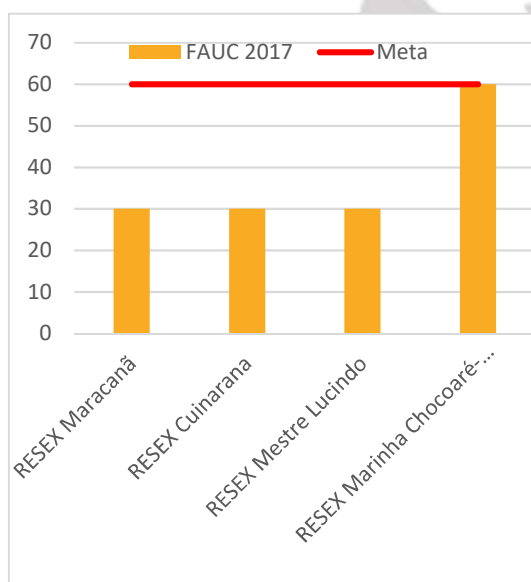


Figura 17 – Status de consolidação do Bloco Maracanã para o MR de Proteção

Conclusões e Encaminhamentos: das 4 UCs do bloco, apenas a RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso alcançou a meta de Proteção (Figura 17). As outras realizam as atividades de Proteção de forma reativa. Pela evidência objetiva, o gargalo principal para a efetiva proteção de forma proativa é a falta de pessoal. Portanto, a sugestão é reforçar o apoio para a formalização da Gestão Integrada entre as Unidades da região e garantir que elas realizem o Plano de Proteção. Aumentar o efetivo é

uma demanda dos Gestores da Região, no entanto, a quantidade necessária dependerá do arranjo de gestão integrada a ser idealizado e que está em negociação.

RESEX Tapajós Arapiuns

Evidência objetiva: a UC ainda não tem plano de proteção publicado, porém, a equipe gestora desenvolve a mesma estratégia de proteção a anos seguidos, a qual vem se mostrando bastante eficiente. Existem alguns indicadores de esforço e resultados, quanto a proteção da biodiversidade na UC. A proposta de publicar o plano de proteção ainda em 2017.

Conclusões e Encaminhamentos: A UC está bem encaminhada com relação às atividades de proteção e só lhe resta o Plano, o qual tem previsão de publicação ainda nesse ano. Monitorar FAUC 2018.

Equipamentos		
Grau	Meta	Cenário
I	45	A UC conta com equipamentos básicos para as atividades de proteção e gestão participativa. É realizada manutenção corretiva .
II	100	Cenário Mínimo (4): A UC conta com equipamentos básicos para as atividades de proteção e gestão participativa. É realizada manutenção preventiva .
II	100	Cenário Máximo (5): A UC conta com equipamentos para a operacionalização adequada de todos os programas relevantes de manejo.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e os gráficos, na sequência, o status de consolidação de cada uma para Grau I e II. A média de execução é de 79%. A amplitude de valores de execução em porcentagem é de 4% a 150%.

Tabela 10 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Equipamentos

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau	Planejado	Executado	% Execução
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$ 107.195,00	R\$ 160.274,59	150%
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$ 54.229,00	R\$ 75.025,00	138%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 104.037,00	R\$ 118.706,92	114%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$ 160.935,94	R\$ 176.634,14	110%
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	I	R\$ 54.250,00	R\$ 53.285,92	98%
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$ 91.749,00	R\$ 85.165,32	93%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$ 140.914,00	R\$ 127.643,14	91%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$ 59.020,55	R\$ 52.732,62	89%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	R\$ 314.000,00	R\$ 280.030,05	89%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$ 215.985,00	R\$ 186.211,92	86%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$ 114.048,56	R\$ 86.713,77	76%
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$ 200.471,00	R\$ 147.640,59	74%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 116.167,20	R\$ 81.493,37	70%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 109.229,04	R\$ 68.064,02	62%

1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$ 130.000,00	R\$ 78.935,01	61%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$ 49.710,00	R\$ 27.907,66	56%
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$ 89.043,00	R\$ 47.818,21	54%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$ 114.048,00	R\$ 59.640,00	52%
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$ 129.330,00	R\$ 18.399,68	14%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$ 157.003,52	R\$ 5.945,00	4%
				R\$ 2.511.365,81	R\$ 1.938.266,93	79%

Neste marco, também há duas metas distintas para UCs Grau I e Grau II, mostradas nos gráficos abaixo. Para Grau I, a UC conta com equipamentos básicos e a manutenção é corretiva (pontuação = 45). Já para Grau II, além dos equipamentos básicos, há manutenção preventiva no cenário mínimo (pontuação = 100).

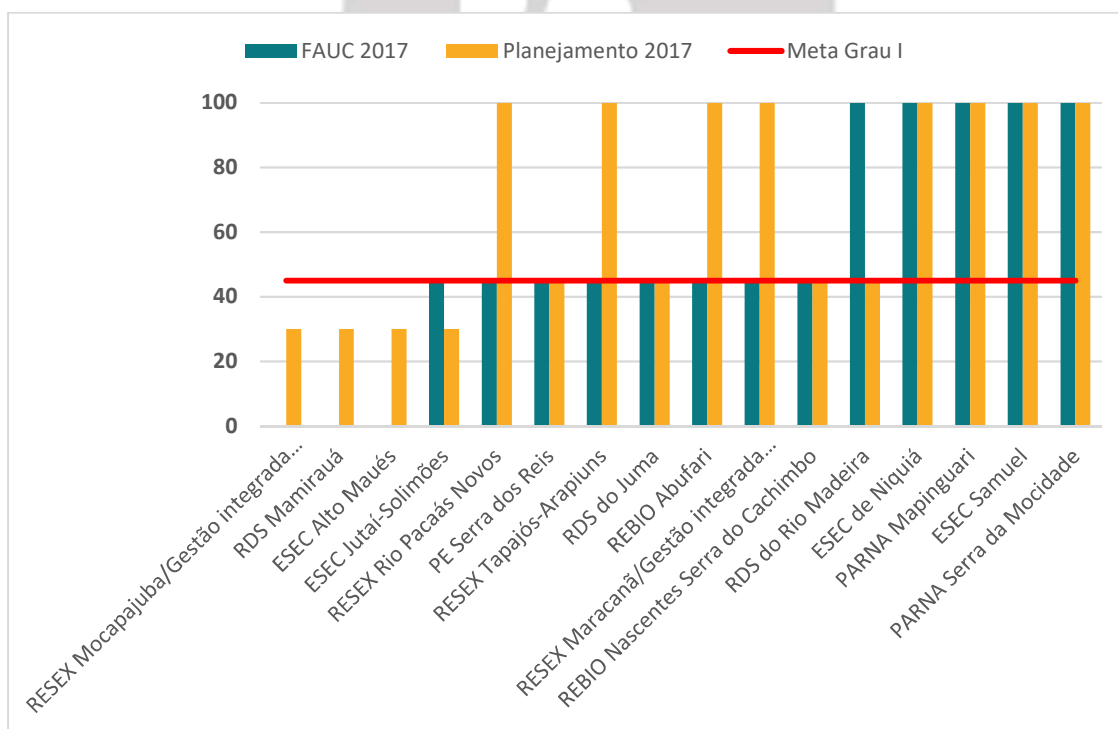


Figura 18 - Status de consolidação UCs Fase III Grau I no MR Equipamentos.

13 Unidades Grau I já alcançaram a meta para esse Marco, das quais 5 já a superaram para Grau I, alcançando status de UCs Grau II. Apenas 3 UCs ainda não possuem os equipamentos básicos para as atividades de gestão: Bloco Mocapajuba, RDS Mamirauá e ESEC Alto Maués, com execução percentual de 14%, 74% e 4%, respectivamente. Como visto anteriormente, a taxas baixas de execução levam a pouco avanço dos Marcos. Sendo assim, é

preciso verificar porque a RDS Mamirauá não consegue avançar de cenário, ainda que com alta execução e valor planejado 59% maior que a média do grupo.

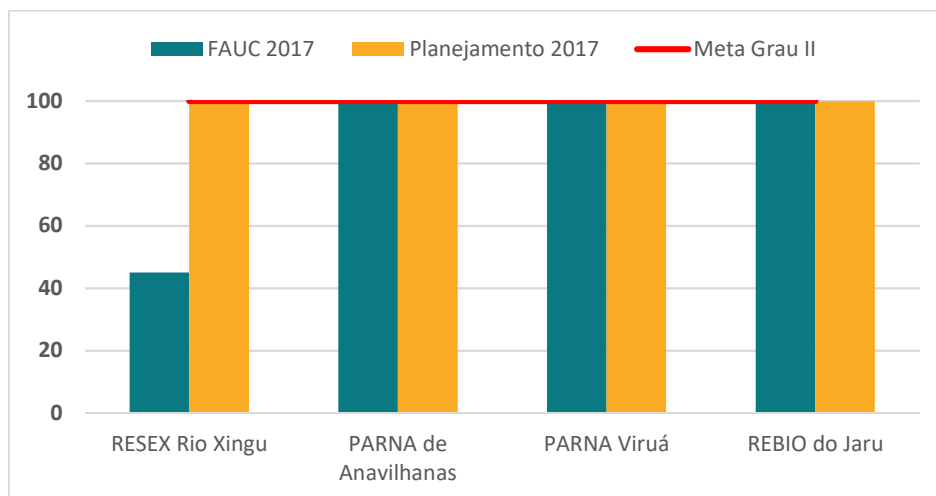


Figura 19 - Status de consolidação UCs Fase III Grau II no MR Equipamentos.

Para as UCs de Grau II, apenas a RESEX Rio Xingu não alcançou a meta para o Marco. Ela já possui os equipamentos básicos, porém resta-lhe a manutenção preventiva de equipamentos. Sua execução no período foi de 61%, pouco menor que a média de 79%. A seguir, são detalhadas peculiaridades de cada UC para Equipamentos:

ESEC Alto Maués

Evidência objetiva: a Estação Ecológica Alto Maués não possui equipamentos.

Conclusões e Encaminhamentos: Os encaminhamentos dependem da consolidação de pessoal responsável pela UC, como ressaltado nos outros marcos.

RDS Mamirauá

Evidência objetiva: a Unidade ainda não conta com equipamentos básicos para sua gestão. Estamos aguardando a aquisição e entrega dos materiais pelo Funbio, referente ao PO 2016/2017. Hoje contamos com apoio de parceiros e das outras unidades vizinhas no suporte das necessidades básicas.

Conclusões e Encaminhamentos: a execução considera não só o valor que já foi pago, mas também o valor contratado. No caso acima, fica evidente a

solicitação realizada que, no entanto, ainda não foi atendida pelo Funbio. Para este caso, é sugerido como encaminhamento buscar os protocolos de solicitação de bens que dependem de interação do Funbio de modo a pedir celeridade no processo de compras junto ao Gestor do Fundo, indicando a importância de acelerar a aquisição e entrega para o cumprimento de metas.

RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá

Evidência objetiva: as evidências objetivas de cada unidade do bloco revelaram cenários distintos:

- *RESEX São João da Ponta:* tem equipamentos básicos, mas necessita de equipamento para a mobilidade em terra e água para proteger eficazmente a UC;
- *RESEX Mãe Grande Curuçá:* a Unidade carece de mais equipamentos, como computadores, impressora, GPS e motor náutico;
- *RESEX Mocapajuba:* não possui equipamentos para gestão, contando com 1 notebook cedido.

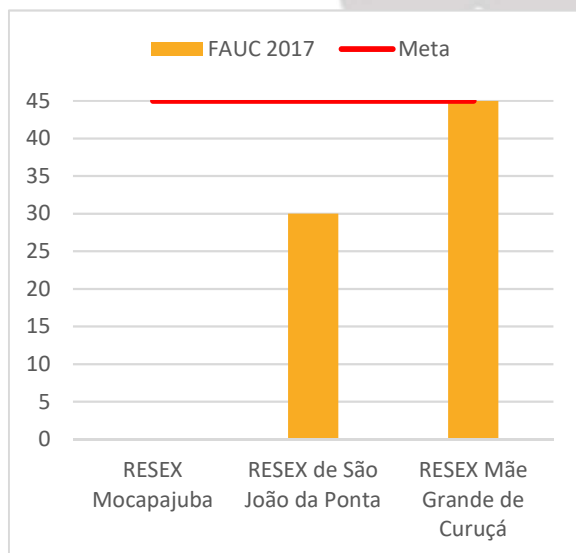


Figura 20 - Status de consolidação do Bloco Mocapajuba para o MR de Equipamentos

Conclusões e Encaminhamentos:

Apenas a RESEX Mãe Grande Curuçá alcançou a meta de Equipamentos (Figura 20) porém, todas as Unidades do bloco carecem de equipamentos básicos. É importante lembrar que, como sinalizado em Oficina para proposta e planejamento de Gestão Integrada para as UCs do Salgado Paraense, que ocorreu no Pará no primeiro semestre de 2017, as Unidades possuem maior susceptibilidade às

condições climáticas de região costeira, o que acarreta na menor vida útil dos equipamentos adquiridos e, conseqüentemente, em maiores custos de manutenção e aquisição. Tais custos adicionais precisam ser calibrados nas

próximas revisões da Modelagem de Custos do Programa. Por hora, é preciso monitorar a execução do PO atual, pois sua maior execução certamente suprirá boa parte das demandas apontadas nas evidências objetivas da FAUC 2017.

RESEX Rio Xingu

Evidência objetiva: falta à Unidade, entre outros, corpo técnico que acompanhe a gestão de bens, permitindo que seja feita manutenção preventiva.

Conclusões e Encaminhamentos: A UC não possui execução baixa e, pelo cenário alcançado da FAUC, conseguiu suprir suas necessidades básicas com relação à equipagem mínima de gestão. No entanto, como observado comumente entre as UCs deste Órgão Gestor, a falta de equipe suficiente não está permitindo que a UC avance para o cenário meta. Demandar junto ao OG informações sobre a previsão de alocação de equipe e/ou soluções que permitam a manutenção preventiva de equipamentos na Unidade. Uma delas, sugerida durante oficina de planejamento, seria a dedicação de recursos para terceirização da manutenção por meio de contratação de pessoa física, por exemplo.

Instalações		
Grau	Meta	Cenário
II	100	Cenário Mínimo (3): Existe uma base administrativa, posto de fiscalização ou centro de convivência na área da UC conforme previsto no Plano de Manejo.
II	100	Cenário Máximo (5): Existem todas as instalações necessárias para a gestão da UC previstas no Plano de Manejo e são realizadas as manutenções necessárias.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e o gráfico, na sequência, o status de consolidação de cada uma para Grau II. A média de execução é de 39%. Esse marco somente contém meta para Grau II, porém pode haver execução de recursos para UCs de Grau I envolvendo reparos e reformas de pequeno porte.

Tabela 11 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Instalações.

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau	Planejado	Executado	% Execução
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	I	R\$ 63.000,00	R\$ 67.066,15	106%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 35.300,00	R\$ 33.170,57	94%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$ 48.573,00	R\$ 44.019,78	91%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	R\$ 70.644,00	R\$ 55.088,69	78%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 45.320,24	R\$ 30.322,66	67%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$ 70.644,05	R\$ 38.155,99	54%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$ 48.570,00	R\$ 24.591,36	51%
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$ 35.321,40	R\$ 7.231,70	20%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$ 70.644,00	R\$ 8.341,23	12%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$ 42.380,00	R\$ 4.874,59	12%
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$ 116.644,05	R\$ 2.582,03	2%
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$ 19.575,00	R\$ 372,00	2%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 35.322,00	R\$ -	0%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$ 48.573,78	R\$ -	0%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$ 4.000,00	R\$ -	0%
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$ -	R\$ -	N/A
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$ -	R\$ -	N/A
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$ -	R\$ -	N/A
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$ -	R\$ -	N/A
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$ -	R\$ -	N/A
				R\$ 754.511,52	R\$ 315.816,75	39%

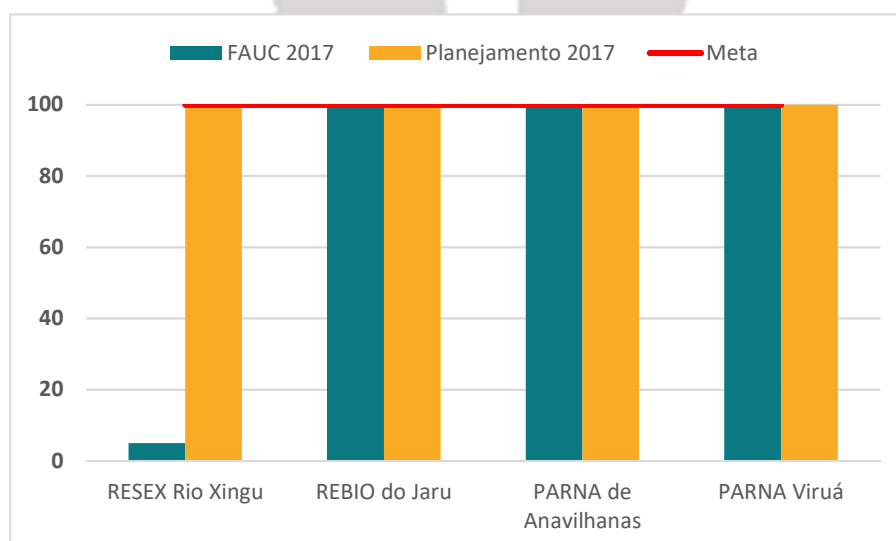


Figura 21 - Status de consolidação UCs Fase III Grau II no MR Instalações.

Neste marco, à exceção da RESEX Rio Xingu, todas as UCs possuem estrutura mínima de Instalações conforme previsto no Plano de Manejo. Para a

RESEX Rio Xingu, há uma instalação para a gestão da UC. Segue evidência desta UC e respectivos encaminhamentos:

RESEX Rio Xingu

Evidência objetiva: na cidade de Altamira, o ICMBio funciona na sede do Ibama. Na UC, não há nenhuma instalação do ICMBio. Quando os/as servidores/as vão a campo, geralmente ficam instalados nas escolas, galpões ou casas de moradores/as.

Conclusões e Encaminhamentos: É preciso verificar se estão em vias de contratação o projeto e execução de obras para atender aos requisitos da meta mínima. Cabe avaliar se os custos da modelagem equacionaram efetivamente o valor necessário para a construção das instalações necessárias à UC.

Pesquisa		
Grau	Meta	Cenário
II	100	Os resultados das pesquisas são sistematicamente utilizados para a melhoria da gestão da UC.

O marco de Pesquisa é válido somente às UCs grau II. Para ele, houve planejamento de valores para apenas duas Unidades, das quais uma somente (PARNA de Anavilhanas) executou no período. Não houve atrasos em relação ao Plano de Consolidação para esse Marco (Figura 22).

Tabela 12 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Pesquisa.

ID	OG	Unidade de Conservação	Planejado	Executado	% Execução
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	R\$ 28.444,15	R\$ 30.076,34	106%
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	R\$ 82.514,00	R\$ -	0%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	R\$ -	R\$ -	N/A
179	ICMBio	PARNA Viruá	R\$ -	R\$ -	N/A
Total			R\$ 110.958,15	R\$ 44.062,34	53%

Esse cenário ocorre uma vez que todas as outras unidades já alcançaram a meta no período à exceção da RESEX Xingu (Figura 22), a qual está em cenário dentro do planejado e tem como previsão de alcançar a meta de

Pesquisa somente em 2018. Sendo assim, cabe monitorar esta UC no próximo biênio para evitar eventuais atrasos na consolidação da Pesquisa na Unidade.

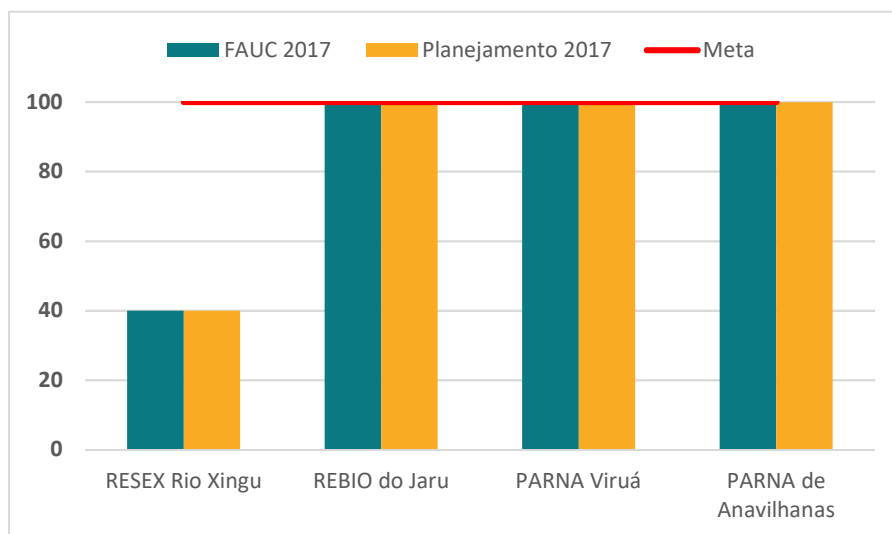


Figura 22 - Status de consolidação UCs Fase III Grau II no MR Pesquisa.

Monitoramento		
Grau	Meta	Cenário
I e II	100	Cenário Mínimo (4): A UC monitora sistematicamente pelo menos um indicador socioambiental ou da biodiversidade.
II	100	Cenário Máximo (5): Um programa de monitoramento de indicadores socioambientais e da biodiversidade é implementado de forma integrada e contínua.

A tabela a seguir mostra a execução das UCs em consolidação e o gráfico, na sequência, o respectivo status de consolidação:

Tabela 13 - Execução de UCs Fase III em consolidação para o MR de Monitoramento

ID	OG	Unidade de Conservação	Grau	Planejado	Executado	% Execução
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$ 70.790,00	R\$ 74.657,04	105%
208	ICMBio	REBIO do Jarú	II	R\$ 154.448,90	R\$ 138.359,57	90%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 160.874,30	R\$ 139.429,79	87%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$ 145.873,90	R\$ 110.889,20	76%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 125.882,50	R\$ 64.995,31	52%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 110.191,94	R\$ 49.543,53	45%
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$ 105.888,90	R\$ 22.048,84	21%

49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$	117.431,95	R\$	23.427,44	20%
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$	190.280,58	R\$	34.805,75	18%
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	I	R\$	56.637,85	R\$	8.416,70	15%
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$	156.454,58	R\$	20.705,82	13%
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$	190.280,58	R\$	17.045,75	9%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$	187.388,97	R\$	7.431,50	4%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$	58.579,45	R\$	1.979,25	3%
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$	108.104,90	R\$	-	0%
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$	74.896,34	R\$	-	0%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$	186.191,38	R\$	-	0%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$	129.880,90	R\$	-	0%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$	-	R\$	-	N/A
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$	-	R\$	-	N/A
					R\$ 2.330.077,92	R\$ 713.735,49	31%	

A média de execução é de 31%, com 70% das UCs abaixo desse valor, mostrando que o marco ainda tem pouca execução para a maioria das UCs em consolidação. Há apenas duas UCs que sequer planejaram valores de execução para o atual biênio que são ESEC Alto Maués e PE Serra dos Reis. Nesses casos, a primeira irá se consolidar mais tardiamente em relação às outras com 2018. Já o PE Serra dos Reis já se consolidou antecipadamente e possivelmente utiliza recursos de contrapartida para subsidiar as atividades de Monitoramento. Desta forma recursos para monitoramento estarão disponíveis para essas UCs no PO 2018/19.

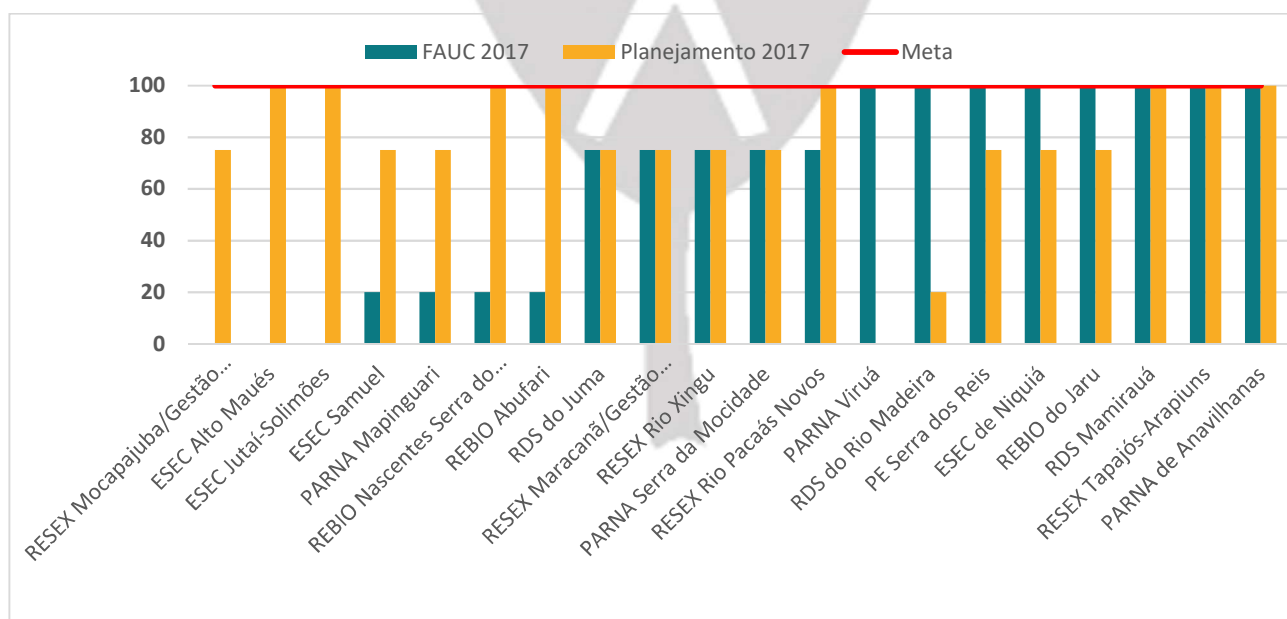


Figura 23 - Status de consolidação UCs Fase III no MR Monitoramento.

Quanto ao status de consolidação, das 20 Unidades 8 já alcançaram a meta de Monitoramento, 5 estão estruturadas para iniciar o monitoramento (pontuação = 75), 4 fazem monitoramento remoto com dados de satélite (pontuação = 20) e apenas 3 não possuem qualquer tipo de monitoramento: Bloco Mocapajuba, ESEC Alto Maués e ESEC Jutai-Solimões. Entre as UCs que não possuem monitoramento ou estão utilizando o monitoramento remoto, todas estão atrasadas em comparação ao Plano de Consolidação e deveriam estar minimamente estruturadas para implementar o protocolo mínimo de monitoramento da Biodiversidade. Todas elas apresentam execução abaixo da média do grupo.

É preciso dar destaque às Unidades que avançaram além do planejado no período que são o PARNA Viruá, a RDS do Rio Madeira, o já citado PE Serra dos Reis, a ESEC de Niquiá e a REBIO do Jarú. Com exceção da RDS do Rio Madeira e PE Serra dos Reis, todas as outras obtiveram altas taxas de execução, acima da média do grupo. A relação entre boas taxas de execução e a implementação de protocolos bem estruturados vêm se refletindo no avanço considerável das UCs no Marco Referencial de Monitoramento. A seguir, são detalhadas as UCs atrasadas no Plano de Consolidação:

ESEC Alto Maués

Evidência objetiva: não existe monitoramento na UC.

Conclusões e Encaminhamentos: as recomendações são as mesmas dos marcos anteriores.

ESEC Jutai-Solimões

Evidência objetiva: são monitorados apenas focos de incêndios.

Conclusões e Encaminhamentos: a execução baixa (3%) ainda não permitiu que a UC avance de cenário. Com a capacitação realizada em 2017, espera-se que essa Unidade possa iniciar a implementação do Protocolo Mínimo da Biodiversidade e, conseqüentemente, avançar na meta do marco. Convém monitorar a evidência objetiva da FAUC 2018 para averiguar o status de implementação do Protocolo na UC.

ESEC Samuel

Evidência objetiva: o programa de monitoramento in situ está previsto para iniciar em 2017.

Conclusões e Encaminhamentos: Monitorar FAUC 2018 para averiguar o status de implementação do Protocolo na UC.

PARNA Mapinguari

Evidência objetiva: por hora, o monitoramento remoto tem sido utilizado principalmente para atividades de controle territorial e manejo e prevenção de incêndios florestais.

Conclusões e Encaminhamentos: Segundo informações recentes do Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, a UC já possui três trilhas implantadas para a coleta de dados. Sendo assim, a unidade deverá avançar de cenário já em 2018, recomendando-se apenas o monitoramento da FAUC do próximo ano.

REBIO Abufari

Evidência objetiva: há o monitoramento de quelônios, realizado há muitos anos, desde a década de 1980, que foi incrementado com pesquisa populacional desde o ano de 2013, em pesquisa aprovada no Sisbio. A gestão busca agora a implementação do protocolo adicional de monitoramento de quelônios do ICMBio/RAN, como uma atividade incorporada ao ciclo de gestão anual da UC. Há previsão da implementação de um módulo de monitoramento terrestre na UC no ano de 2017, mas a equipe ainda carece de treinamento.

Conclusões e Encaminhamentos: Verificar se treinamento já foi realizado na UC até o último curso para a Implementação do Protocolo Mínimo de Monitoramento da Biodiversidade, realizado em meados de outubro. A UC já possui monitoramento e sua FAUC deverá indicar esse avanço no próximo ciclo de preenchimento.

REBIO Nascentes Serra do Cachimbo

Evidência objetiva: não foi implementado o protocolo mínimo de monitoramento da biodiversidade na REBIO devido à falta de uma área

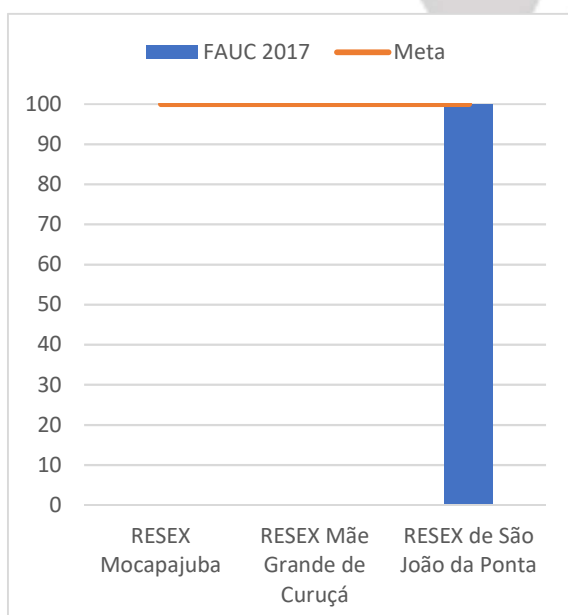
regularizada e pacificada onde se possa colocar as trilhas. Os recursos de monitoramento previstos no PO terão que ser devolvidos ao ARPA neste ano de 2017. A UC utiliza informações de monitoramento remoto fornecido pela CGPRO/ICMBio.

Conclusões e Encaminhamentos: A evidência objetiva clarifica a razão de não execução dessa UC, atípica, pois a média de execução da REBIO é de 44%. Dada a conjuntura na qual a Unidade se encontra, é preciso fortalecer as ações de proteção no entorno, sobretudo na área da BR-163 e de regularização fundiária. Essa poderá ser priorizada e alcançada com apoio de outros órgãos (SPU/MP, INCRA etc.).

RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá

Evidência objetiva: as evidências objetivas de cada unidade do bloco revelaram cenários distintos:

- *RESEX São João da Ponta:* a UC está no seu 3º ano no monitoramento do caranguejo uçá, de importância socioeconômica para 239 caranguejeiros, como geração de renda;
- *RESEX Mãe Grande Curuçá:* não existe metodologia aprovada para realização de monitoramento na UC;
- *RESEX Mocapajuba:* não possui monitoramento.



Conclusões e Encaminhamentos: Apenas a RESEX São João da Ponta alcançou a meta de Monitoramento (Figura 24). Para essas UCs, no entanto, está prevista a implementação de Protocolo Marinho de Monitoramento da Biodiversidade em desenvolvimento e a ser implementado ainda em 2018. Com isso, recomenda-se monitorar e apoiar eventuais cursos para tal protocolo e

garantir que as UCs menos avançadas no marco possam participar e implementar rapidamente. As experiências de monitoramento da RESEX de São João da Ponta podem e devem ser utilizadas na região como modelo, uma vez que este é um caso que vem trazendo resultados positivos há anos.

RESEX Rio Pacaás Novos

Evidência objetiva: através de imagem de satélite.

Conclusões e Encaminhamentos: A RESEX realizou o curso e deve avançar na implementação do protocolo de monitoramento até o próximo preenchimento da FAUC. Como recomendação, a FAUC de 2018 deverá ser monitorada e detalhada quanto ao status de implementação do monitoramento.

1.2.2.12 Equipe Técnica

A análise de evolução desse marco é imprescindível, Apesar de o MR Equipe técnica não ter relação com componentes do Programa ARPA para fins de aporte dos recursos pelo FT. Isso pois diversas atividades de consolidação dependem de maior alocação de recursos humanos pelos OG, fato que é corroborado ao se analisar as evidências objetivas de cada UC quanto à deficiência de pessoal e conseqüente problemas na gestão da UC. Para entendimento das metas para esse marco, a Tabela 14 abaixo mostra os cenários possíveis para o MR de Equipe Técnica para Grau I e II:

Tabela 14 – O Marco de Equipe Técnica prevê que a UC disponha de equipe gestora mínima para suas necessidades, localizada de forma a contribuir com o desempenho da unidade. Observação: aparece grifado a quantidade de pessoal lotada para cada cenário.

Equipe Técnica	Cenário	Meta
Não há pessoal lotado exclusivamente para gestão na unidade de conservação.	1	
Existe <u>um responsável</u> designado exclusivamente para gerenciar a UC.	2	
A equipe gestora conta com <u>2 ou mais funcionários</u>, mas nenhum reside em municípios das sedes administrativas da unidade.	3	Grau I
A equipe gestora conta com <u>2 ou mais funcionários</u> , sendo que parte deles reside em municípios das sedes administrativas da unidade.	4	
A equipe gestora conta com <u>5 ou mais funcionários</u>, sendo que a maioria reside em municípios das sedes administrativas da unidade.	5	Grau II

O gráfico da Figura 25 a seguir mostra evolução de pessoal lotado nas UCs Grau I desde 2010, quando se iniciou a Fase II do Programa ARPA:

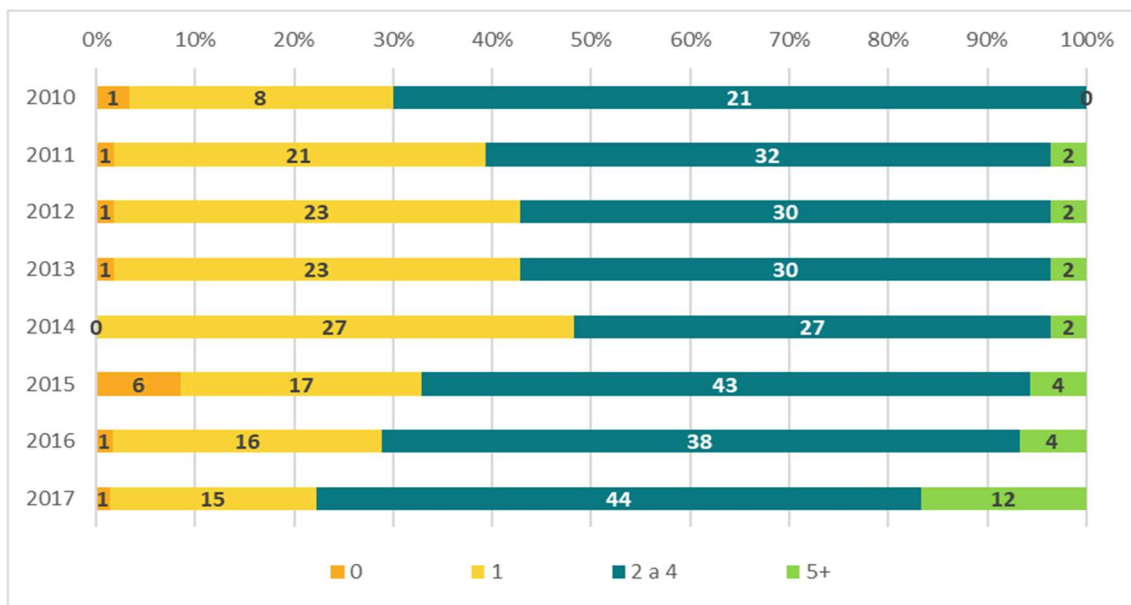


Figura 25 - Evolução anual das equipes por Quantidade de UCs Grau I.

Os dados mostram que a porcentagem de UCs com 2 ou mais funcionários na equipe gestora vem aumentando desde 2014, aproximando-se dos 80% em 2017 (56 UCs). A imagem ainda ilustra que o número de UCs com 5 ou mais funcionários aumentou no mesmo período, com 12 UCs apresentando esse cenário em 2017 ante 4 UCs em 2016, sendo o novo valor 3 vezes maior.

Para análise da equipe técnica das UCs Grau II, o gráfico da Figura 26 abaixo foi elaborado:

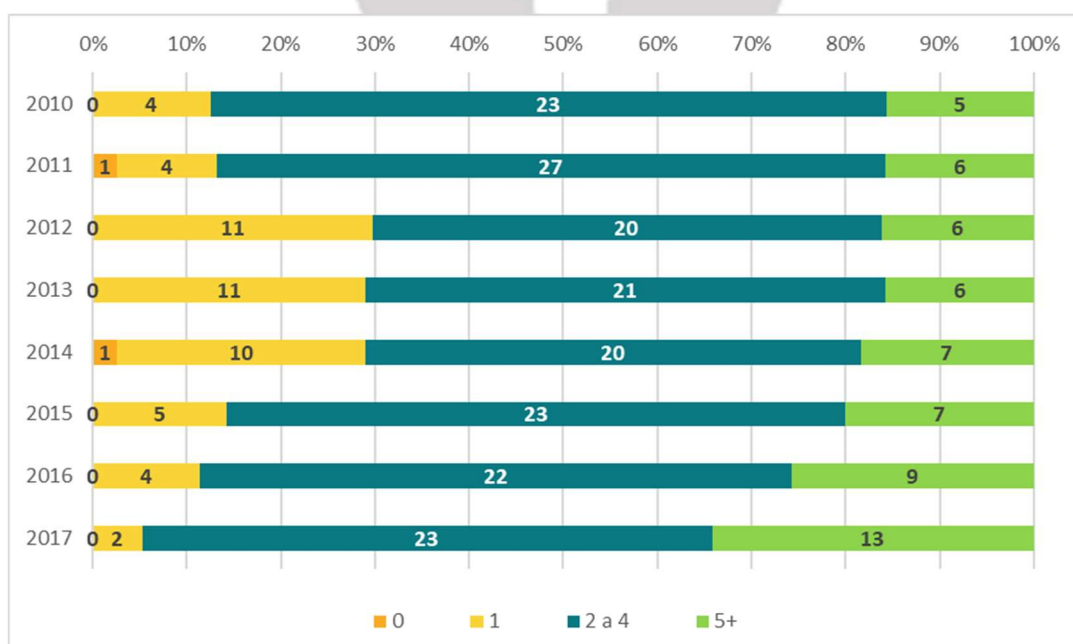


Figura 26 - Evolução anual das equipes por Quantidade de UCs Grau II

Os dados mostram que não há UCs sem funcionário na equipe gestora desde 2015, o que se explica dada a estruturação maior das UCs Grau II no Programa. Também se verifica que, desde 2010, são alocados 5 ou mais funcionários em pelo menos 5 UCs Grau II do Programa, valor que chega a 13 em 2017 para esse cenário.

A Tabela 15 mostra o cumprimento das metas de Equipe Técnica para cada OG de acordo com os Planos de Consolidação:

Tabela 15 - Nº de UCs que cumpriram o Plano de Consolidação⁶ do MR Equipe Técnica

OG	Grau I		Grau II		Total	
	cumpriu	Não cumpriu	Cumpriu	Não cumpriu	cumpriu	Não cumpriu
AC	0	0	1	0	1	0
AM	15	1	4	0	19	1
AP	1	0	-	-	1	0
ICMBio	27	14	25	3	52	17
MT	5	0	2	0	7	0
PA	3	0	-	-	3	0
RO	6	0	1	1	7	1
TO	-	-	1	0	1	0
Total	55	15	33	4	91	19

De acordo com os dados da FAUC 2017 para as UCs Estaduais, apenas uma UC (RDS Mamirauá/AM) não cumpriu o planejado quanto à alocação de equipe técnica para Grau I, visto que essa UC possui apenas 1 responsável pela gestão da UC. No entanto, ela deveria conter, segundo Plano de Consolidação, ao menos 2 funcionários alocados na Unidade em 2017. Para Grau II, o PE de Corumbiara deveria ter 5 ou mais funcionários alocados, porém a UC conta com 2 a 4 funcionários, sendo que nenhum deles reside na UC.

No caso do OG Federal, 17 UCs entre 69 de ambos os Graus não cumpriram com a meta neste ano e, portanto, haverá impacto no desembolso para 2017. Sobre esse cenário, diversas UCs apresentam nas evidências

⁶ Não foram consideradas como atrasadas para cumprimento da meta as UCs com os três critérios seguintes: 1) que almejavam cenários maiores do que a meta de consolidação prevista para esse marco; 2) que não cumpriram o Plano de Consolidação e que, no entanto, atingiram metas para esse marco, tanto para Grau I quanto Grau II.

objetivas problemas relacionados à falta de pessoal para a realização de atividades mínimas de gestão. No entanto, foi possível observar nos dados apresentados anteriormente a melhora no MR de Equipe por conta dos arranjos de gestão integrada que estão sendo implementados no ICMBio, o que permitiu maior efetividade na gestão da UC a partir da melhora da gestão de pessoal.

1.2.2.13 Operacionalização

A tabela abaixo mostra a execução de cada UC em consolidação para Operacionalização, com média de 45%. O valor disponibilizado é destinado ao apoio de atividades e rotinas gerais de administração e gestão da UC. Esse valor deverá ser substituído por orçamento próprio dos OG com maior celeridade, segundo Manual de Operacionalização do Programa ARPA.

Tabela 16 - Execução de UCs Fase III em consolidação para Operacionalização.

772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	Planejado	Executado	% Execução
1573	AM	RDS do Juma	I	R\$ 105.485,00	R\$ 87.665,92	83%
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	I	R\$ 129.893,00	R\$ 104.683,21	81%
1977	AM	RDS do Rio Madeira	I	R\$ 76.773,50	R\$ 60.987,91	79%
1633	ICMBio	PARNA Mapinguari	I	R\$ 129.893,00	R\$ 100.945,98	78%
179	ICMBio	PARNA Viruá	II	R\$ 133.460,00	R\$ 98.482,69	74%
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	II	R\$ 204.466,00	R\$ 136.700,29	67%
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	I	R\$ 204.467,88	R\$ 133.020,93	65%
227	ICMBio	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	I	R\$ 21.775,42	R\$ 13.970,25	64%
208	ICMBio	REBIO do Jaru	II	R\$ 92.115,00	R\$ 54.673,87	59%
986	AM	RDS Mamirauá	I	R\$ 178.516,00	R\$ 103.304,85	58%
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	II	R\$ 129.893,00	R\$ 57.357,82	44%
774	RO	PE Serra dos Reis	I	R\$ 204.467,00	R\$ 72.896,37	36%
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	I	R\$ 105.579,24	R\$ 32.555,87	31%
194	ICMBio	REBIO Abufari	I	R\$ 31.775,22	R\$ 9.034,38	28%
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	I	R\$ 76.775,00	R\$ 20.034,55	26%
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX São João da Ponta e RESEX Mãe Grande Curuçá	I	R\$ 71.375,00	R\$ 10.725,83	15%
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	I	R\$ 92.127,00	R\$ 7.840,88	9%
764	RO	ESEC Samuel	I	R\$ 76.772,20	R\$ 1.742,88	2%
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	I	R\$ 155.579,24	R\$ 1.921,80	1%
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	I	R\$ 76.500,00	R\$ -	0%
				R\$ 2.297.687,70	R\$ 1.108.546,28	45%

Esse recurso é importante, pois dá certa flexibilidade na gestão financeira da UC e, segundo gráfico da Figura 27 abaixo, há uma correlação positiva e moderada entre % de consolidação e execução ($R^2 \cong 0,4$):

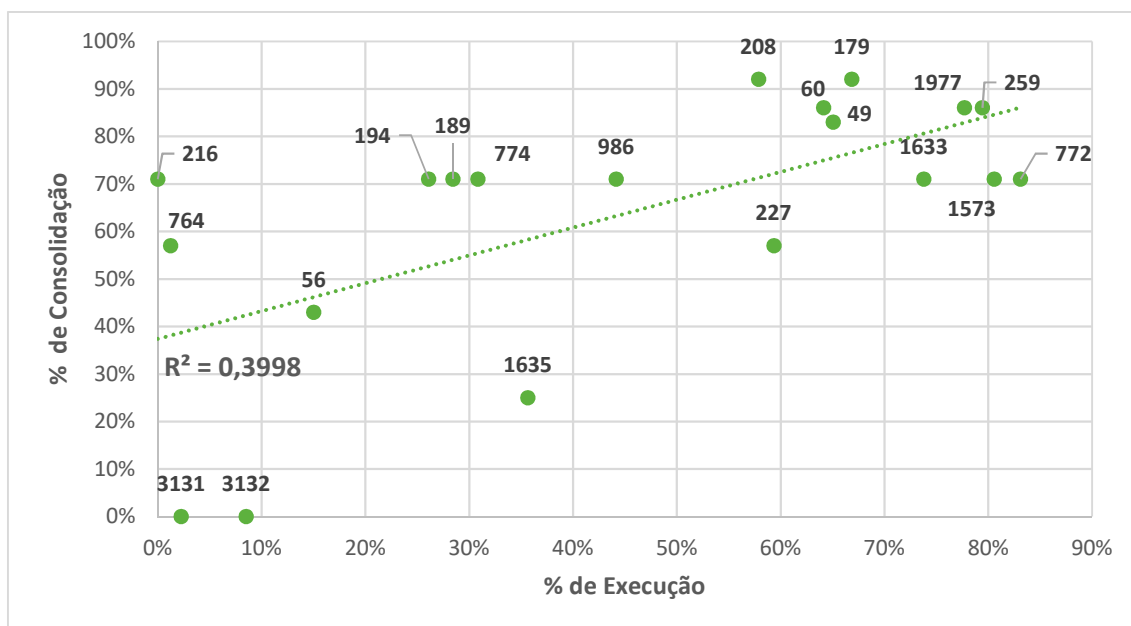


Figura 27 – Correlação entre % de Execução e % de Consolidação. **Legenda:** 49-PARNA de Anavilhanas; 56-ESEC Jutaí-Solimões; 60-ESEC de Niquiá; 179-PARNA Viruá; 189-PARNA Serra da Mocidade; 194-REBIO Abufari; 208-REBIO do Jaru; 216-REBIO Nascentes Serra do Cachimbo; 227-RESEX Maracanã; 259-RESEX Tapajós-Arapiuns; 764-ESEC Samuel; 772-RESEX Rio Pacaás Novos; 774-PE Serra dos Reis; 986-RDS Mamirauá; 1573-RDS do Juma; 1633-PARNA Mapinguari; 1635-RESEX Rio Xingu; 1977-RDS do Rio Madeira; 3131-ESEC Alto Maués; 3132-RESEX Mocapajuba.

1.3 Manutenção de UCs Consolidadas

A Tabela 17, a seguir, mostra as 15 UCs Grau I e II já consolidadas em 2017 na Fase III do Programa ARPA:

Tabela 17 – UCs consolidadas na Fase III:

CNUC	OG	UF	Unidade de Conservação	Grau	Área (ha)
136	ICMBio	AM PA	PARNA da Amazônia	I	1.066.207,46
149	ICMBio	AC	PARNA Serra do Divisor	I	819.908,23
188	ICMBio	RO	PARNA Serra da Cutia	I	283.501,46
221	ICMBio	RO	RESEX Barreiro das Antas	I	106.112,33
235	ICMBio	AM	RESEX Médio Juruá	I	286.952,52
239	ICMBio	AM	RESEX Rio Jutaí	I	275.512,30
281	ICMBio	AM MT	PARNA Juruena	I	1.956.792,08
283	ICMBio	AM	RESEX Rio Unini	I	849.684,79

285	ICMBio	AM	RESEX Arapixi	I	133.710,58
775	RO	RO	RESEX Estadual Rio Cautário	I	142.167,05
988	AM	AM	RDS Rio Amapá	I	214.316,10
1004	AM	AM	PE Guariba/Mosaico do Apuí	I	71.099,83
1487	TO	TO	PE do Cantão	II	100.414,28
1732	AM	AM	RDS Igapó-Açu	I	394.620,57
1733	AM	AM	RESEX Canutama	I	197.986,49
Total					6.898.986,07

Em comparação ao ano anterior, mais 5 UCs, todas de Grau I, alcançaram as metas em todos os marcos referenciais. São elas: PARNA da Amazônia, PARNA Serra do Divisor, RESEX Médio Juruá, RESEX Estadual Rio Cautário e RESEX Canutama, as quais passarão a receber apoio, junto às outras UCs consolidadas, para manutenção no biênio 2018/19 das seguintes atividades:

- Revisão do Plano de Manejo;
- Manutenção do funcionamento do Conselho da UC;
- Proteção da UC;
- Monitoramento da Biodiversidade (protocolos básicos de biodiversidade, integridade da paisagem e uso de recursos);
- Manutenção de Equipamentos e instalações;
- Manutenção da sinalização e da demarcação;
- Operacionalização Geral;
- Manutenção e reposição de equipamentos.

A média de execução das UCs no PO 16/17 em manutenção é de 45% (Tabela 18), valor maior comparado a 2016, quando a execução média foi de 34%. Assim, de R\$ 2,8 milhões a execução chegou a R\$ 4,7 milhões em julho de 2017:

Tabela 18 – Execução das UCs consolidadas até julho/2017. A posição da média é representada pela linha amarela.

ID	OG	UF	Unidade de Conservação	Grau	Área (ha)	Planejado	Executado	% execução
188	ICMBio	RO	PARNA Serra da Cutia	I	283.501,46	R\$ 667.619,06	R\$ 488.713,41	73%
1733	AM	AM	RESEX Canutama	I	197.986,49	R\$ 548.641,58	R\$ 403.187,08	73%
1732	AM	AM	RDS Igapó-Açu	I	394.620,57	R\$ 854.597,58	R\$ 538.556,49	63%
149	ICMBio	AC	PARNA Serra do Divisor	I	819.908,23	R\$ 609.164,80	R\$ 355.301,43	58%
221	ICMBio	RO	RESEX Barreiro das Antas	I	106.112,33	R\$ 403.553,72	R\$ 209.157,87	52%
281	ICMBio	MT AM	PARNA Juruena	I	1.956.792,08	R\$ 707.253,38	R\$ 362.626,23	51%
283	ICMBio	AM	RESEX Rio Unini	I	849.684,79	R\$ 533.323,50	R\$ 251.149,81	47%
988	AM	AM	RDS Rio Amapá	I	214.316,10	R\$ 786.032,58	R\$ 330.302,78	42%
136	ICMBio	AM PA	PARNA da Amazônia	I	1.066.207,46	R\$ 597.320,68	R\$ 243.229,54	41%
775	RO	RO	RESEX Estadual Rio Cautário	I	142.167,05	R\$ 790.527,92	R\$ 298.622,08	38%
1004	AM	AM	PE Guariba/Mosaico do Apuí	I	71.099,83	R\$ 1.530.867,58	R\$ 571.638,28	37%
285	ICMBio	AM	RESEX Arapixi	I	133.710,58	R\$ 504.448,40	R\$ 158.156,80	31%
235	ICMBio	AM	RESEX Médio Juruá	I	286.952,52	R\$ 471.547,12	R\$ 129.448,89	27%
1487	TO	TO	PE do Cantão	II	100.414,28	R\$ 835.948,11	R\$ 229.075,12	27%
239	ICMBio	AM	RESEX Rio Jutáí	I	275.512,30	R\$ 519.433,53	R\$ 122.675,46	24%
Total					6.898.986,07	R\$ 10.360.279,54	R\$ 4.691.841,27	45%

Apesar do aumento na média de execução, nota-se uma grande amplitude de valores entre as UCs, com metade delas executando entre 33% e 57% e execução mínima e máxima de 24% e 73%, respectivamente. Como citado anteriormente, a baixa execução de uma UC é normalmente explicada pela maior ou menor capacidade de implementação de acordo com sua disponibilidade de equipe. Para averiguar tal hipótese, observou-se a correlação entre a quantidade de equipe relatada na FAUC de 2017 e a execução no período, representado na Figura 28. A análise é similar àquela para as UCs em consolidação:

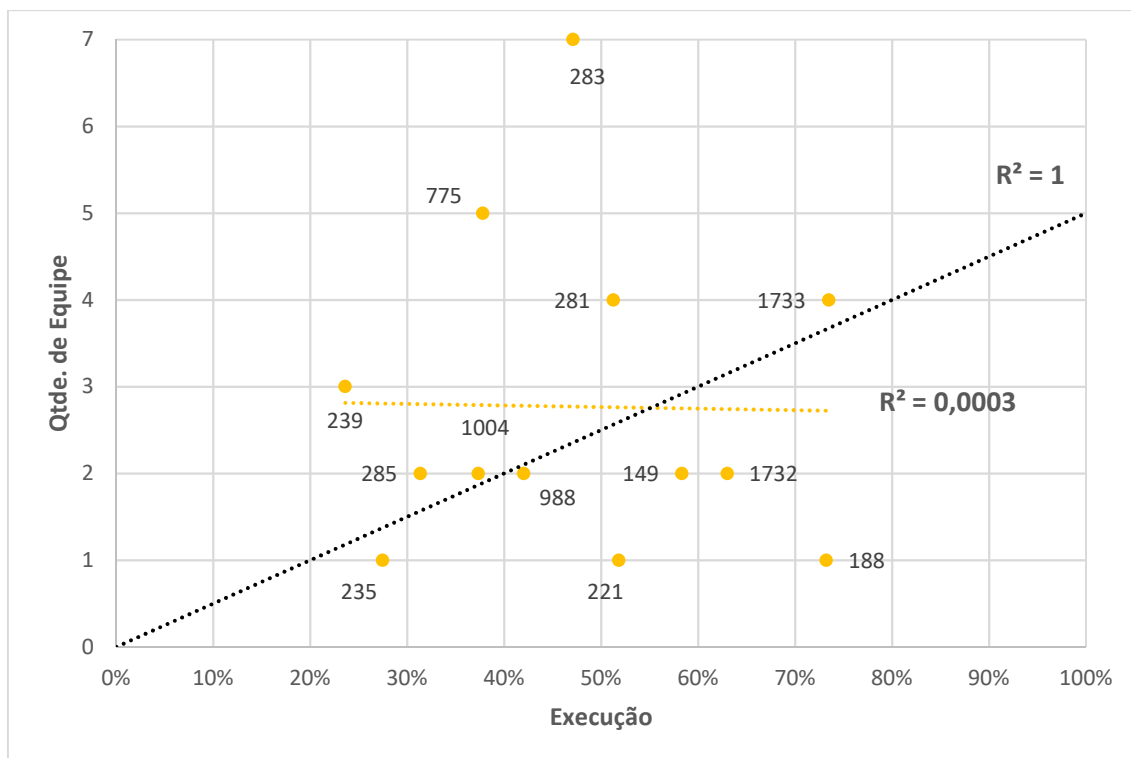


Figura 28 – Correlação entre execução e quantidade de equipe para as UCs consolidadas (em amarelo). O PARNA da Amazônia e o PE Cantão são outlier estatístico, verificáveis pelo alto quadro de equipe na Unidade, não sendo, portanto, considerado na linha de tendência das UCs; **Legenda:** 149-PARNA Serra do Divisor; 188-PARNA Serra da Cutia; 221-RESEX Barreiro das Antas; 235-RESEX Médio Juruá; 239-RESEX Rio Jutai; 281-PARNA Juruena; 283-RESEX Rio Unini; 285-RESEX Arapixi; 775-RESEX Estadual Rio Cautário; 988-RDS Rio Amapá; 1004-Mosaico do Apuí; 1487-PE do Cantão; 1732-RDS Igapó-Açu; 1733-RESEX Canutama.

Porém, não parece existir correlação entre as duas variáveis em questão ($R^2 \cong 0,00$) segundo o gráfico acima. No entanto, é possível extrair algumas conclusões sobre as UCs. Os pontos próximos da reta preta apresentam uma relação ideal, dentro do esperado pela meta de equipe do ARPA entre esta e a execução. Isso significa que as UCs executam de acordo com o esperado apenas considerando a variável quantidade de equipe técnica.

Por outro lado, as UCs abaixo da reta estão executando mais que o esperado para a equipe que possuem. É o caso do PARNA Serra da Cutia (188) e RESEX Barreiro das Antas (221), que possuem apenas 1 pessoa na equipe técnica e estão executando 73% e 52% do recurso planejado, respectivamente, quando a execução deveria ser de aproximadamente 20%, considerando a reta ideal. Já as Unidades RESEX Rio Jutai, RESEX Rio Unini, RESEX Estadual Rio Cautário e PE do Cantão poderiam executar ao menos 60% dos recursos de acordo com a disponibilidade de suas equipes.

Cabe lembrar, no entanto, que fatores como infraestrutura adequada, qualidade da gestão, celeridade na contratação de bens e serviços pelo Fundo Gestor, entre outras variáveis podem elevar ou diminuir a execução para cada UC, concluindo-se que não é somente a quantidade de equipe a principal responsável pelo aumento da execução e que devem ser aprofundados os estudos para esclarecer tal dúvida.

Para as UCs abaixo da média de execução (46%) apresentado na tabela acima, sugere-se uma avaliação mais detalhada dos possíveis fatores que levam a esse cenário. Apesar da baixa execução verificada em algumas UCs, também é recomendado avaliar caso a caso se ela é suficiente para atender à demanda de manutenção do status de consolidação. Por fim, os recursos de contrapartida de cada UC, ainda que menores no atual estágio do Programa, podem influenciar na execução, visto que menos recursos do FT seriam necessários para alcançar determinadas metas.

1.4 Coordenação e Gestão

Os recursos executados sob o componente de Coordenação e Gestão do Programa ARPA para o período de abrangência do relatório estão resumidos nos subtópicos a seguir e são referentes aos custos da secretaria do CFT, incluindo a realização de reuniões presenciais e audioconferências, à contratação de consultoria para apoio à secretaria e aos custos de gestão do FUNBIO e aos custos referentes à gestão do FT.

Somando-se os três custos com Coordenação e Gestão obtém-se o valor total de execução nesse componente de R\$ 584.641,97:

Tabela 19 – Execução de Coordenação do Programa ARPA. Dados de outubro e julho de 2017 para Coordenação UCP/MMA e FUNBIO/FT, respectivamente.

	Planejado	Executado (solicitado + contratado)	Saldo	% Execução
Coordenação do Programa (UCP/MMA)	1.999.880,00	937.724,94	869.167,06	46%
Coordenação e Gestão do Programa ARPA (FUNBIO FT)	337.100,00	178.590,87	150.509,13	53%
	2.336.980,00	1.116.315,81	1.019.676,19	

Esses valores, porém, tenderão a aumentar consideravelmente no segundo semestre de 2017 visto que as oficinas de planejamento foram recém contratadas com a última em andamento em meados de outubro de 2017.

2 STATUS DA CONTRAPARTIDA POR OG

Para as UCs da Fase III, apenas o OG do Tocantins conseguiu enviar os dados de contrapartida por Marco Referencial e de forma tardia em relação aos outros OGs, ainda que tendo apenas uma Unidade no Programa. AM, ICMBio e RO apenas enviaram tais dados no padrão anterior disponibilizado pela UCP, o qual se concentra em categorias de gasto: salários, obras, equipamentos, combustível, manutenção, diárias e passagens, proteção contrato de serviços, material de consumo e alimentação, capacitação e requalificação, fiscalização e suprimento de fundo.

Como cada OG trabalha com sistemas diferentes, a padronização dos dados exige esforços manuais para apresentá-los por MR, o que pode levar a maiores erros e maior morosidade na sua compilação, sobretudo para aqueles que possuem mais UCs no Programa, como é o caso do ICMBio.

Neste sentido, a consultoria em andamento⁷ vem para auxiliar os OG no fornecimento de tais dados, de modo a obter as informações necessárias dentro da dinâmica de relatoria financeira, bem como auxiliá-los, sempre que possível, na melhoria dos sistemas financeiros e no mapeamento de fontes alternativas de recursos para as UCs.

A Tabela 20 abaixo resume a contrapartida por OG em 2016 para as UCs da Fase III. Para mais detalhes de Contrapartida por UC e por categoria de gasto, consultar **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Houve gastos com investimento apenas para ICMBio e o OG do Tocantins, o que é esperado neste momento do Programa devido ao desenho financeiro proposto. Espera-se que atualmente os custos com investimento sejam executados por doações do

⁷ Consultoria para Diagnóstico, Avaliação e Recomendações sobre os Sistemas Financeiros dos Órgãos Gestores Federal e Estaduais do Programa ARPA: TdR disponível em http://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2016/08/TdR_2015.1006.00078-9_Final.pdf

Programa. Esse cenário tende a mudar a partir de 2019, com a consolidação de todas as UCs previstas no Programa e com os recursos sendo destinados apenas à manutenção da consolidação.

Tabela 20 - Contrapartida Governamental não salarial por OG e por Categoria de Gasto

OG	Manutenção	Investimento	Total
AM	R\$ 2.648.392,19	R\$ -	R\$ 2.648.392,19
ICMBio	R\$ 10.657.334,15	R\$ 102.459,55	R\$ 10.759.793,70
RO	R\$ 475.800,00	R\$ -	R\$ 475.800,00
TO	R\$ 217.074,66	R\$ 134.977,33	R\$ 352.051,99
Total	R\$ 13.998.601,00	R\$ 237.436,88	R\$ 14.236.037,88

Ainda assim, os valores de contrapartida para investimento na UC são considerados baixos para AM, ICMB e RO (0%, 0,9% e 0%, respectivamente). Para o TO, cuja única do Órgão já se consolidou, o valor de investimento corresponde a 38,4% da contrapartida total. Em um cenário de contenção orçamentária em nível nacional, o crescimento da contrapartida nos OG torna-se um desafio maior ano a ano. A Tabela 21 abaixo tem como objetivo ilustrar sua evolução desde o início da Fase III:

Tabela 21 – Contrapartida não salarial Fase III entre os períodos de 2014 e 2016 e previsão nominal segundo modelagem de custos em março de 2017:

OG	2014	2015	2016	2016 - Previsão Nominal
AM	R\$ -	R\$ 69.285,47	R\$ 2.648.392,19	R\$ 171.457,90
ICMBio	R\$ 1.162.245,94	R\$ 930.459,22	R\$ 10.759.793,70	R\$ 6.754.060,00
RO	R\$ -	R\$ -	R\$ 475.800,00	R\$ 562.254,17
TO	R\$ 258.741,58	R\$ 457.936,29	R\$ 352.051,99	R\$ 304.584,29
Total	R\$ 1.420.987,52	R\$ 1.457.680,98	R\$ 14.236.037,88	R\$ 7.792.356,36

Para as UCs da Fase III, nota-se uma posição confortável de contrapartida com os OGs superando a previsão nominal de 2016, à exceção de RO, o qual tinha como previsão o aporte de cerca de aproximadamente R\$ 562 mil para 2016, porém a contrapartida correspondeu a 84% do esperado. Ainda assim, o

OG cumpriu com o aporte necessário previsto no modelo de custos se consideradas todas as UCs do OG, na Fase II e III⁸.

Quanto ao comparativo de execução entre 2015 e 2016, para os OGs do AM, ICMBio e RO houve aumento de contrapartida correspondente a 38 vezes o valor de 2015 para AM e 11 vezes para o ICMBio. No caso de RO, a comparação não é possível, pois somente em 2016 UCs deste OG aderiram à Fase III. Já para TO, houve queda de 13% na contrapartida aportada, o que não prejudicou sua consolidação, pelo que já foi mostrado na análise de consolidação e manutenção das UCs, e também não prejudicou o cumprimento da condição de desembolso referente à contrapartida mínima exigida pela modelagem de custos.

Enfim, a partir da execução pelo FT e da contrapartida de 2016, é possível efetuar uma estimativa de custo para as UCs até o momento. Vale ressaltar, no entanto, que a comparação é limitada pelo recorte temporal dado nos relatórios de execução disponibilizados pelo Gestor do Fundo, o qual não permite comparações mais precisas, como, por exemplo, o exercício orçamentário de 2016. Em todo caso, esse exercício é uma perspectiva inicial de custos para o biênio e poderá ser complementado com a finalização da execução do PO 16/17 e com a disponibilização dos dados de contrapartida de 2017 no próximo ano, o que estará disponível na versão de 2018 deste relatório. Portanto, a Tabela 22 abaixo mostra o custo para cada OG, por hectare e a contribuição percentual do FT e da contrapartida:

Tabela 22 – Custos dos OGs entre janeiro/16 e agosto/17 para as UCs Fase III.

Órgão Gestor	Execução FT	Contrapartida OGs	Custo (até agosto/17)	Área (hectares)	Custo em R\$/hectare
AM	R\$ 2.919.684,62	R\$ 171.457,90	R\$ 3.091.142,52	4.331.482	0,71
ICMBio	R\$ 7.680.158,28	R\$ 6.754.060,00	R\$ 14.434.218,28	13.239.544	1,09
RO	R\$ 1.571.036,94	R\$ 562.254,17	R\$ 2.133.291,11	589.948	3,62
TO	R\$ 155.024,33	R\$ 304.584,29	R\$ 459.608,62	100.414	4,58
Total	R\$ 12.325.904,17	R\$ 7.792.356,36	R\$ 20.118.260,53	18.261.388	2,5 (média)

⁸ Para mais detalhes sobre cumprimento das condições de desembolso, acessar Relatório B – Relatório Compreensivo de Progresso do Programa ARPA em: http://arpa.mma.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Relatório_Compreensivo_do_Progresso_do_ARPA-Relatório_B-v2final.pdf

Pela tabela, nota-se o baixo valor dedicado para as UCs ARPA por hectare. Para fins de comparação, a publicação do Ministério do Meio Ambiente “Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional”⁹, cita os seguintes valores médios, em **USD/hectare**, para alguns países estando o investimento brasileiro e, sobretudo, na Amazônia muito aquém até da média de investimento nacional:

- Brasil: 4,43;
- Argentina: 21,37;
- México: 39,71;
- África do Sul: 67,09.

O apoio do Programa ARPA é fundamental para o aumento desses índices. No entanto, o investimento em áreas protegidas deve ser incentivado não só trazendo benefícios para a conservação, mas também para a economia nacional como mostra um outro relatório recentemente publicado pelo ICMBio¹⁰, no qual é apontado que a cada 1 real investido em conservação 7 reais retornam à economia.

3 CONCLUSÕES

Este relatório teve como objetivo analisar o status de consolidação, execução financeira e contrapartida das UCs Fase III do Programa ARPA, bem como apresentar os processos de criação apoiados pela Fase III e o atual status de execução da Coordenação e Gestão do Programa, com recorte para o biênio 2016/17. Os principais entraves para o alcance de metas das UCs também foram

⁹ Medeiros, R. & Young; C.E.F. 2011. Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC, 120p *CONTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS PARA A ECONOMIA NACIONAL: RELATÓRIO FINAL*. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/arquivos/relatorio_final_contribuio_uc_para_a_economia_nacional_reduzido_240.pdf

¹⁰ Souza, T. V. S. B.; Thapa, B.; Rodrigues, C. G. O.; Imori, D.; (2017). Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação para a Economia Brasileira - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015. ICMBio. Brasília. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/contribuicoes_do_turismo_em_ucsfederais_para_a_economia_brasileira.pdf

detalhados em seus respectivos marcos referenciais, o que servirá como referência à priorização de ações e tomada de decisão dos principais atores do Programa.

A execução dos processos de criação de novas UCs na Amazônia pela Fase III ainda está se iniciando e será possível verificar seu avanço a partir do próximo biênio (2018/19). Com o término da Fase II em 2017 e com o maior apoio a novos processos de criação, o ARPA, em sua atual fase, 24 processos entre os quais encontram-se os de criação, ampliação ou de mudança na categoria, totalizando 6.976.874 ha de potenciais novas áreas protegidas, valor com qual poderá ser alcançada meta de criação de 6 milhões de hectares até 2019.

Os dados da FAUC 2017 mostram que 15 Unidades já se consolidaram e que outras 17 encontram-se em estágio avançado de consolidação dentre as 46 UCs da Fase III. A execução média foi de 46% para as UCs em consolidação, valor que tende a aumentar até o final do PO 2016/17.

A forte correlação entre execução e porcentagem de consolidação mostra não somente a importância dos recursos financeiros aportados às UCs, mas também a eficiência da aplicação dos recursos. Os casos peculiares, em que altas taxas de execução não acompanham a evolução nos cenários dos Marcos Referenciais, deverão ser analisados com mais profundidade perante os Órgãos Gestores de modo a corrigir eventuais distorções na aplicação dos recursos.

Apesar da reconhecida importância de equipe gestora suficiente para as necessidades mínimas de gestão, não foi verificada uma forte correlação entre a quantidade desta e a execução relativa, indicando que somente uma equipe em quantidade suficiente de acordo com os critérios do ARPA não necessariamente reflete em maiores taxas de execução, devendo-se buscar outros possíveis fatores que estejam influenciando na baixa execução até o momento.

Alguns dos Marcos Referenciais mais avançados do ARPA, em termos de quantidade de UCs que alcançaram suas metas, são os de Formação de Conselho, Sinalização e Equipamentos, restando-lhes apenas 2, 4 e 4 Unidades

a alcançarem o Marco, respectivamente. Já os MR com mais UCs a alcançarem metas e, portanto, com maiores desafios para o próximo biênio são o de Monitoramento, Proteção e Funcionamento de Conselho, com 12, 10 e 7 UCs restantes.

Sobre o Marco de Sinalização verificou-se que UCs maiores e com dificuldades de acesso demandam mais recursos para sinalizar pontos estratégicos enquanto que as UCs de menor tamanho e maior facilidade de acesso conseguem avançar mais neste marco. Logo, apesar da execução maior para UCs maiores e com mais dificuldade de acesso, essas não alcançam os mesmos resultados em termos de cenário FAUC em relação às UCs menores e com maior facilidade de acesso.

Em termos de execução, os Marcos com maiores valores relativos são Proteção (87%) e Equipamentos (79%). Já os menores são Formação de Conselho e Levantamento Fundiário, todos com 0%. O MR de Formação de Conselho envolve UCs recém-criadas e com baixo ou nenhum quadro na equipe gestora, dificultando a organização para a formalização de um conselho. Já o MR de Levantamento Fundiário precisa ser alcançado por apenas uma UC (RESEX Rio Xingu) o que não foi possível dada a complexidade da situação fundiária na região em que a Unidade se encontra.

É preciso dar destaque também para os MR de Plano de Manejo e Demarcação, ambos com execução de 18% apenas. O primeiro depende muitas vezes da agilidade no processo de contratação para a elaboração/revisão do instrumento de gestão, o qual nem sempre atende às expectativas dos gestores, segundo evidências da FAUC 2017. Já o segundo se depara com questões fundiárias (RESEX Rio Xingu) e apoio à ampliação de Unidade no ARPA (PARNA Viruá). De todo modo, verificou-se em todo Programa que os tetos para execução da Demarcação estabelecidos em modelagem não são suficientes para implementá-la dentro dos critérios estabelecidos pelo ICMBio. Assim, além da revisão da modelagem de custo, em andamento, sugere-se a revisão das metas ou de sua interpretação para o marco em questão de modo adaptar custos com objetivos do ARPA e objetivos dos OGs.

Os dados sobre equipe mostram avanço em termos quantitativos ao longo dos anos. Considerando que o ARPA tem como condição de desembolso do FT a disponibilidade de equipe técnica suficiente para cada UC e que seu não cumprimento acarreta em punição proporcional ao respectivo OG, estes vêm unindo esforços para cumprir com as metas estipuladas. Não obstante, é preciso rever se os cenários mínimos estabelecidos tanto para Grau I quanto para Grau II realmente respeitam a realidade de cada UC e se outros parâmetros não poderão ser considerados, tais quais tamanho de UC, desafios de gestão, categoria etc.

Outra preocupação quanto à equipe das Unidades é uma possível externalidade negativa a ser verificada nas UCs não apoiadas pelo ARPA na Amazônia. Nesse sentido, ao aumentar a quantidade de equipe nas UCs ARPA há a hipótese de perda de servidores para UCs não ARPA, visto a ausência de reposição de quadro nos Órgãos Gestores por Concursos ou outros meios de contratação. Essa preocupação pode e deve ser investigada quanto ao aporte financeiro às UCs pelos OGs.

Em relação à contrapartida dos OGs, ainda não é possível detalhá-la por Marco Referencial, assim como a execução do FT, que possui limitações em como os dados são obtidos e apresentados, fatos esses que precisam ser revistos de modo a permitir análises mais consistentes e com equivalência temporal. Todavia, as informações mostram que, no somatório de cada OG, as metas de contrapartida foram alcançadas para todo o Programa. Porém, os gastos ainda são superiormente dedicados à manutenção das UCs, com pouco aporte em investimentos.

As comparações com investimentos nacionais e globais em áreas protegidas mostram que a Amazônia ainda investe relativamente pouco em suas Unidades, apesar do papel importante do ARPA para o alcance de melhores cenários de gestão. O desafio para os próximos anos será conciliar o desafio de aumento de recursos de contrapartida dos OGs com a limitação de recursos imposta pelo governo brasileiro, ainda que economicamente a conservação se mostre viável, como mostram alguns estudos.

ANEXO 1 – UCS APOIADAS PELO ARPA NA FASE III

Em **destaque**, consolidadas

ID	Unidade de Conservação	OG	Grau	Previsão de Consolidação
49	PARNA Anavilhanas	ICMBio	II	2018
56	ESEC Jutaí Solimões	ICMBio	I	2019
60	ESEC Niquiá	ICMBio	I	2018
136	PARNA Amazônia	ICMBio	I	2018
149	PARNA Serra do Divisor	ICMBio	I	2018
179	PARNA Viruá	ICMBio	II	2016
188	PARNA Serra da Cutia	ICMBio	I	2018
189	PARNA Serra da Mocidade	ICMBio	I	2018
194	REBIO Do Abufari	ICMBio	I	2018
208	REBIO Jaru	ICMBio	II	2018
216	REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	ICMBio	I	2018
221	RESEX Barreiro das Antas	ICMBio	I	2017
223	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	ICMBio	I	2018
227	RESEX Maracanã/Gestão integrada com RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana; RESEX Mestre Lucindo	ICMBio	I	2018
228	RESEX de São João da Ponta/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande de Curuçá e RESEX Marinha Mocapajuba	ICMBio	I	2019
235	RESEX Médio Juruá	ICMBio	I	2018
239	RESEX Rio Jutaí	ICMBio	I	2018
243	RESEX Mãe Grande de Curuçá/Gestão integrada com RESEX Marinha Mocapajuba e RESEX de São João da Ponta	ICMBio	I	2019
259	RESEX Tapajós-Arapiuns	ICMBio	I	2018
281	PARNA Juruena	ICMBio	I	2017
283	RESEX Rio Unini	ICMBio	I	2015
285	RESEX Arapixi	ICMBio	I	2015
764	ESEC Samuel	RO	I	2018
772	RESEX do Rio Pacaas Novos	RO	I	2019
774	PE Serra dos Reis	RO	I	2019
775	RESEX Estadual Rio Cautário	RO	I	2017
982	RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí	AM	I	2016
983	RDS Bararati/ Mosaico Apuí	AM	I	2016
986	RDS Mamirauá	AM	I	2019
988	RDS Rio Amapá	AM	I	2019
992	RESEX do Guariba/Mosaico Apuí	AM	I	2016
1004	PE Guariba/Mosaico do Apuí	AM	I	2016
1009	PE do Sucunduri/Mosaico Apuí	AM	I	2016
1487	PE Cantão	TO	II	2014

1573	RDS do Juma	AM	I	2018
1633	PARNA Mapinguari	ICMBio	I	2018
1635	RESEX Rio Xingu	ICMBio	II	2018
1732	RDS Igapó-Açu	AM	I	2016
1733	RESEX Canutama	AM	I	2018
1977	RDS do Rio Madeira	AM	I	2018
3131	ESEC Alto Maués	ICMBio	I	2018
3132	RESEX Marinha Mocapajuba/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande de Curuçá e RESEX de São João da Ponta	ICMBio	I	2019
3133	RESEX Marinha Mestre Lucindo/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana	ICMBio	I	2018
3134	RESEX Marinha Cuinarana/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo	ICMBio	I	2018



ANEXO 2 – FAUC 2016/2017 – UCs FASE III

UCs Grau I – SD = Sem Dados

CNUC	OG	Unidade de Conservação	Plano de Manejo (AP)		Formação do Conselho		Funcionamento do Conselho		Sinalização		Grau de Proteção		Equipe Técnica		Monitoramento	
			2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
56	ICMBio	ESEC Jutai-Solimões	0	5	100	100	20	20	30	30	30	30	65	65	0	0
60	ICMBio	ESEC de Niquiá	50	70	100	100	90	100	90	100	100	100	65	100	100	100
136	ICMBio	PARNA da Amazônia	100	100	100	100	0	100	30	30	60	60	100	100	20	20
149	ICMBio	PARNA Serra do Divisor	100	100	100	100	100	90	30	30	60	60	65	65	20	75
188	ICMBio	PARNA Serra da Cutia	100	100	100	100	100	100	90	90	60	60	25	25	20	100
189	ICMBio	PARNA Serra da Mocidade	50	70	100	100	100	100	30	30	90	90	50	50	20	75
194	ICMBio	REBIO Abufari	70	70	100	100	90	100	30	30	90	100	65	65	20	20
216	ICMBio	REBIO Nascentes Serra do Cachimbo	100	100	100	100	0	20	0	90	60	90	65	100	0	20
221	ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	25	25	100	100
223	ICMBio	RESEX Marinha Chocoaré-Mato Grosso/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Mestre Lucindo; RESEX Cuinarana	0	5	100	100	100	100	30	30	60	60	25	25	0	0
227	ICMBio	RESEX Maracanã	0	0	100	100	100	100	15	100	30	30	65	65	75	75
228	ICMBio	RESEX São João da Ponta/Gestão integrada com RESEX Mãe Grande Curuça e RESEX Marinha Mocapajuba	0	0	0	100	0	100	0	90	30	60	5	50	0	100
235	ICMBio	RESEX Médio Juruá	100	100	100	100	100	100	30	30	30	60	25	25	100	75
239	ICMBio	RESEX Rio Jutai	100	100	100	100	100	100	90	90	60	60	65	65	0	0
243	ICMBio	RESEX Mãe Grande Curuça/Gestão integrada com RESEX Marinha Mocapajuba e RESEX São João da Ponta	0	0	100	100	20	20	15	15	60	60	25	25	0	0
259	ICMBio	RESEX Tapajós-Arapiuns	100	100	100	100	100	100	30	30	30	30	100	100	20	100
281	ICMBio	PARNA Juruena	100	100	100	100	100	100	100	100	90	90	100	65	100	100

283	ICMBio	RESEX Rio Unini	100	100	100	100	100	100	90	90	60	90	65	100	100	100
285	ICMBio	RESEX Arapixi	100	100	100	100	90	100	30	90	90	100	65	65	100	100
764	RO	ESEC Samuel	70	100	90	90	0	20	30	30	30	60	50	50	20	20
772	RO	RESEX Rio Pacaás Novos	0	5	100	100	100	100	30	30	60	60	65	65	75	75
774	RO	PE Serra dos Reis	0	0	100	100	20	20	30	100	60	60	65	65	20	100
775	RO	RESEX estadual Rio Cautário	100	100	100	100	100	100	30	100	100	100	65	100	20	20
982	AM	RDS do Aripuanã/Mosaico Apuí	100	100	100	100	90	90	30	30	30	30	65	65	100	100
983	AM	RDS Bararati/ Mosaico Apuí	100	100	100	100	90	90	30	30	30	30	65	65	75	75
986	AM	RDS Mamirauá	100	100	100	100	100	100	30	30	30	30	5	25	100	100
988	AM	RDS Rio Amapá	100	100	100	100	100	100	100	100	60	60	65	65	75	75
992	AM	RESEX do Guariba/Mosaico Apuí	100	100	100	100	90	90	90	90	30	30	65	65	20	20
1004	AM	PE Guariba/Mosaico do Apuí	100	100	100	100	100	100	100	100	90	90	65	65	100	100
1009	AM	PE do Sucunduri/Mosaico Apuí	100	100	100	100	90	90	90	90	30	30	65	65	0	0
1573	AM	RDS do Juma	100	100	100	100	100	100	90	90	30	30	65	65	75	75
1633	ICMBio	PARNA Matinguari	70	70	100	100	90	100	30	30	60	60	65	65	0	20
1732	AM	RDS Igapó-Açu	100	100	100	100	100	100	100	100	90	100	65	65	100	100
1733	AM	RESEX Canutama	100	100	100	100	100	100	100	100	30	60	65	65	100	100
1977	AM	RDS do Rio Madeira	100	100	100	100	100	100	30	30	30	30	65	50	100	100
3131	ICMBio	ESEC Alto Maués	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5	5	0	0
3132	ICMBio	RESEX Mocapajuba	0	0	0	5	0	0	0	0	30	30	5	25	0	0
3133	ICMBio	RESEX Marinha Mestre Lucindo/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Cuinarana	0	0	90	90	0	0	0	0	30	30	25	25	0	0
3134	ICMBio	RESEX Marinha Cuinarana/Gestão integrada com RESEX Maracanã; RESEX Chocoaré-Mato Grosso; RESEX Mestre Lucindo	0	0	90	90	0	0	0	0	30	30	25	25	20	20

UCs Grau II – SD = Sem Dados

ID	OG	Unidades em Grau II de Consolidação	Plano de Manejo		Revisão do Plano de Manejo		Formação do Conselho		Funcionamento do Conselho		Termo de Compromisso e CDRU		Sinalização		Demarcações Estratégicas		Levantamento Fundiário	
			2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	100	100	95	100	100	100	100	100	100	100	30	90	100	100	100	100
179	ICMBio	PARNA do Viruá	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	60	60	100	100
208	ICMBio	REBIO do Jaru	100	100	100	100	100	100	100	100	100	90	100	15	15	100	100	
1487	TO	PE Cantão	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	100	100	0	0	100	100	90	90	0	0	90	90	15	15	70	70

Continuação...

ID	OG	Unidade de Conservação	Proteção		Equipe		Equipamentos		Instalações		Pesquisa		Monitoramento			
			2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	
49	ICMBio	PARNA de Anavilhanas	100	60	60	65	65	100	100	100	100	100	100	100	100	100
179	ICMBio	PARNA do Viruá	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
208	ICMBio	REBIO do Jaru	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1487	TO	PE Cantão	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1635	ICMBio	RESEX Rio Xingu	70	30	60	65	100	45	45	100	5	40	40	75	75	

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL**

Presidente:

**MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER
LULIA**

**MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE**

Ministro:

JOSÉ SARNEY FILHO

Secretário de Biodiversidade:

JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA

**DEPARTAMENTO DE ÁREAS
PROTEGIDAS**

Diretor:

**WARWICK DO AMARAL
MANFRINATO**

**PROGRAMA ÁREAS
PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA
ARPA**

**MINISTÉRIO DO MEIO
AMBIENTE**

Anexo 1 – SEPN 505 Norte, Bloco B,
Brasília, DF

CEP: 70730-542

Tel.: +55 (61) 2028-2559

Consultor:

EDEGAR BERNARDES SILVA

Revisão:

RENATA CAROLINA GATTI

Novembro de 2017



ARPA

Programa Areas Protegidas da Amazônia